



Rio Grande do Sul e relações internacionais: estudos históricos

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
JOSÉ VANDERLEI BORBA**

154



Rio Grande do Sul e relações internacionais: estudos históricos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
José Vanderlei Borba

Rio Grande do Sul e relações internacionais: estudos históricos



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Rio Grande do Sul e relações internacionais: estudos históricos
- Autores: Francisco das Neves Alves e José Vanderlei Borba
- Coleção Rio-Grandense, 154
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-141-5

CAPA: A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 26 abr. 1868.

SUMÁRIO

A imprensa diária rio-grandina e o naufrágio do *Prince of Wales*: a gênese da querela diplomática brasileiro-britânica / 11

Francisco das Neves Alves

As relações (de desconfiança) entre Brasil e Argentina à época da Guerra do Paraguai na perspectiva da imprensa ilustrado-humorística gaúcha / 27

Francisco das Neves Alves

A formação do Plano Regional de integração e desenvolvimento: Estudo de caso do PR 35 na BLM / 51

José Vanderlei Borba

A imprensa diária rio-grandina e o naufrágio do *Prince of Wales*: a gênese da querela diplomática brasileiro-britânica

Francisco das Neves Alves*

Ventos de grande intensidade, chuvas inclementes, frios rigorosos e uma longa faixa litorânea sem pontos de refúgio para as embarcações, essas características da costa gaúcha construía um cenário propício à efetivação de um grande número de naufrágios que chegaram a transformar tal local numa zona que despertava temores de parte dos navegantes. À metade do ano de 1861 mais um desses sinistros ocorreria, era o barco britânico *Prince of Wales* e, durante

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

o mês de junho, a imprensa da cidade do Rio Grande publicaria uma série de informações sobre o evento. Parecia mais um naufrágio cujos salvados haviam sido saqueados pela população local, fato recorrente à época. Mas não tinham noção os jornais rio-grandinos que aquele evento quase corriqueiro viria a constituir o nascedouro de uma das mais importantes questões diplomáticas em que se envolveu o Império Brasileiro.

A primeira referência sobre o naufrágio seria publicada no jornal *Diário do Rio Grande*, a 13 de junho de 1861, na forma de uma nota, destacando que Bento Venâncio Soares, ao chegar à cidade, informara que ao montar a cavalo em sua casa, no Taim, recebera um bilhete de seu genro, que morava na costa do Albardão, no qual lhe comunicava que na praia do mar grosso foram encontrados quatro cadáveres, inclusive o de uma mulher, uma lancha, barricas e sacos vazios. Apesar dos indícios, a folha complementava que não constatação de que naquela costa houvesse naufragado navio algum¹. Caracterizavam-se assim as primeiras informações sobre o fato pela incerteza, constituindo ainda um boato sem confirmação.

Dois dias depois, aumentava a precisão na narrativa sobre os acontecimentos, de modo que o *Comercial*, sob a epígrafe “Mais naufrágios”, comunicava que fora informado que a delegacia de polícia da cidade recebera comunicação de que naufragara na costa do Albardão, no lugar denominado Romeiro, há 16 léguas de distância da urbe, o navio inglês *Prince of Wales*, que de Glasgow se dirigia ao Porto de Montevidéu.

¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 de junho de 1861.

Declarava a folha que, dos papéis encontrados na praia, se poderia coligir ser fazendas, carvão e vários gêneros o carregamento do navio e, diante das evidências, supunha que toda a tripulação tivesse perecido, mesmo porque anteriormente tinha sido encontrada uma lancha com corpos mortos, o que fazia crer serem da tripulação do navio. Segundo o periódico, o Juiz do Comércio da Segunda Vara, seguira com força policial, para dar aquelas providências que eram concernentes a circunstâncias tais. Além disso, o Inspetor da Alfândega da cidade fizera partir à mesma hora em que seguiu o Juiz do Comércio, o Ajudante do Guarda-Mor, com força dos guardas, levando instruções para por em boa guarda o que se pudesse salvar, evitando quaisquer extravios. Narrava ainda a publicação rio-grandina que também seguira a zelar os interesses dos súditos de S. M. Britânica, o cônsul inglês. Na forma de um *post scriptum* da notícia, o jornal afirmava que chegara uma pessoa de fora da cidade, que comunicara estar o carregamento do navio naufragado espalhado ao longo da costa em cerca de uma légua de distância².

Na mesma edição, o *Comercial* detalhava as notícias sobre o fato, publicando um “Aditamento”, explicando que, das comunicações oficiais recebidas, dando conta do sinistro do navio inglês *Prince of Wales*, colhera que no dia 11 do corrente tivera a subdelegacia de polícia do Taim participação do inspetor de quartelão, de que no lugar denominado *Romeiro*, havia um navio perdido, e que para lá seguira com seis guardas nacionais. Na ocasião, o Subdelegado, não podendo, por seus incômodos de saúde, seguir para o

² O COMERCIAL. Rio Grande, 15 de junho de 1861.

lugar do sinistro, deu as precisas ordens ao referido Inspetor para providenciar como fosse possível, a fim de evitar extravios, e em último caso mandou que tomasse os nomes daqueles indivíduos que desrespeitando a autoridade, lançassem mão de qualquer objeto do navio ou carregamento. Segundo a folha, tal medida fora inútil, declarando que julgara baldadas quaisquer providências por parte da Alfândega e do Juiz do Comércio, porquanto todo o carregamento se achava espalhado cerca de seis léguas pela costa, constando ele de fazendas, louça e carvão de pedra, de modo que a maior parte das fazendas estava fora das caixas e arrojadas pela praia, ficando o casco do navio em pedaços, parte ainda no mar e outra em terra e, da tripulação, havia cinco corpos mortos, sendo os mesmos que vieram na lancha, como já se tinha noticiado³.

Ainda no dia 15 de junho, o *Diário do Rio Grande* confirmava a nota publicada anteriormente, afirmando que, infelizmente realizara-se a triste notícia que dera de ter aparecido quatro corpos, sacos e barricas vazias, na costa da praia do Albardão. Detalhava que o Subdelegado de Polícia do Taim, Delfim Francisco Gonçalves, oficiara ao Delegado deste termo, que no dia 11 pelas 6 horas da tarde naufragara um navio no lugar denominado *Romero*, 16 léguas distante desta cidade, mas que não sabia o nome nem a nação, vindo dar à praia cinco cadáveres, inclusive o de uma mulher. Comentava que o navio estava reduzido a pedaços e a praia juncada de fragmentos do mesmo, no espaço de seis a oito léguas, num quadro em que a pilhagem tinha sido espantosa. Destacava que, do carregamento, só

³ O COMERCIAL. Rio Grande, 15 de junho de 1861.

existia na praia carvão, gigos de louça, caixas com lenços arrombadas, não constando se os mesmos eram de seda ou de algodão, franjas, linhas em carretel, pipas e barricas vazias; e dos pertences do navio ficara em terra uma lancha grande quebrada, um bote em bom estado, e grande porção de destroços do casco. Narrava ainda quanto aos destroços que entre os fragmentos fora encontrado um impresso pertencente a uma praça da tripulação do navio *Prince of Wales*, passado em Glasgow, em 5 de março do corrente ano, com destino a Montevideu, pelo que se concluiu que fosse este o nome do navio naufragado. Arrematava a notícia informando que o Juiz do Comércio da Segunda Vara Antonio Ferreira Garcez seguira para o lugar do sinistro, acompanhado do cônsul inglês Henry Prendergast Vereker e quatro praças de destacamento de polícia⁴.

Ainda no dia 15 de junho, o *Eco do Sul* publicaria nota sob o título “Ainda outro naufrágio”, na qual informava que na manhã anterior o Inspetor da Alfândega recebera participação de que um novo naufrágio se dera nas costas da Barra, tratando-se do navio inglês *Prince of Wales*, que, procedente de Glasgow, seguia para Montevideu. Destacava também a folha que o lugar em que se realizara o naufrágio distava mais ou menos 16 léguas da cidade. Revelando uma certa defasagem de informações em relação aos demais representantes da imprensa diária rio-grandina, o *Eco* afirmava que aquilo era tudo quanto se sabia, além do fato de que para o local do incidente haviam seguido o

⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 15 de junho de 1861.

cônsul inglês, o Juiz Municipal da 2ª Vara, o Ajudante do Guarda-Mor e dois guardas da Alfândega⁵.

Ao retorno das autoridades públicos do local do sinistro, surgiram mais notícias sobre o acontecimento. O *Diário do Rio Grande* destacava que aqueles haviam se recolhido à cidade, de volta da costa do Albardão, onde naufragara a barca inglesa *Prince of Wales*, enfatizando que a pilhagem fora espantosa, como já havia sido anunciado, encontrando-se na praia apenas os poucos objetos anteriormente mencionados, os quais viriam para a urbe portuária em quatro carretas. Complementava ainda o *Diário* informando que se dera busca em dez casas, mas nada se encontrara em nenhuma delas⁶. O *Comercial*, por sua vez, divulgava a matéria “Notícias do naufrágio”, no qual detalhava que, do lugar onde naufragara o navio inglês *Prince of Wales*, chegaram os guardas da Alfândega e praças de polícia, explicando os mesmos que infrutíferas foram as diligências empregadas para o salvamento do carregamento desse navio. Segundo o periódico, só existiam na praia caixas vazias e noventa e tantos gigos sem louça, e somente meia carreta de carga arrecadada pelo inspetor de quarteirão. A expressão era a mesma utilizada por seu colega de jornalismo, ao dizer que a pilhagem fora espantosa, entretanto nada fora encontrado nas buscas a que fez proceder o Juiz do Comércio em várias casas, além do que, com a maior

⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 15 de junho de 1861.

⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 de junho de 1861.

simplicidade respondiam os moradores delas, *que só agora sabiam do naufrágio*⁷.

Também no dia 19 de junho de 1861, o *Eco do Sul* editava a matéria “Do naufrágio”, na qual citava uma carta de pessoa que seguira para o local do sinistro do barco inglês, a qual dizia que lá chegara no dia 15 à noite, indo mais tarde à praia onde foram encontrados o inspetor de quarteirão Faustino Silveira com quatro cidadãos que arrecadavam o que os ladrões haviam deixado. Na perspectiva do jornal, do navio poder-se-ia apenas ver os mastros, os quais boiavam seguros talvez aos ferros, tendo ficado a praia estivada de fragmentos. Julgava a publicação que o carregamento deveria ser importante, porém nada se poderia saber ao certo. Detalhava

ainda que os cadáveres encontrados eram de uma mulher e de uma menina e de oito homens, os quais foram todos sepultados pelo inspetor. Finalmente, quanto aos destroços e salvados, o *Eco* destacava que as autoridades públicas haviam carregado algumas das coisas arrecadadas, estando a seguir viagem o Juiz do Comércio e o cônsul inglês⁸.

Com seu caráter eminentemente noticioso, o *Diário do Rio Grande* foi o que mais abordou o sinistro ao longo do mês de junho de 1861. Numa dessas notícias, divulgava que, à requisição do cônsul de Sua Majestade Britânica, o Delegado de Polícia fizera seguir uma escolta comandada por um inferior com ofícios para o Subdelegado do Taim, para dali dirigirem-se ao lugar do naufrágio da barca britânica *Prince of Wales* e fazerem

⁷ O COMERCIAL. Rio Grande, 19 de junho de 1861.

⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 19 de junho de 1861.

exumar os corpos das vítimas, além de conduzirem-nos à cidade do Rio Grande para se proceder ao competente corpo de delito, e dar-se sepultura com as devidas formalidades. Explicava ainda que fora autorizado ao mesmo Subdelegado, que empregasse sua energia no descobrimento dos implicados no escandaloso saque que sofreram os salvados do mesmo navio, afim de serem presos e processados⁹.

No dia seguinte, o *Diário* fazia um arrolamento daqueles pertences que vieram dar à praia, provenientes do navio britânico que se perdera na costa gaúcha. Nesse sentido, detalhava que, do importante carregamento da barca inglesa naufragada *Prince of Wales*, apenas encontrara-se na praia os poucos e insignificantes salvados, que foram arrecadados e enviados para a Alfândega, passando a relacioná-los: um bote, duas bíblias, cinco pipas vazias, quatro barris vazios, um joanete, uma tina, onze remos, cinquenta e três sacos vazios, uma caixa vazia, dezesseis folhas com carretéis de linha, um barril de óleo, vinte e duas dúzias de lenços de seda preta, um saco com cortinas, três camisas e um par de calças de marinheiro, uma e meia caixa com lenços de chita, quatro ditas com linha, duas latas com azeite, um barril de manteiga, um dito com líquido, um dito com vinagre, um dito com rum, duas caixas com franjas, três ditas com louça. Descrevia que apareceram ainda noventa e seis gigos de louça vazios, quatorze caixões forrados de folha, também vazios, outras muitas caixas sem serem forradas, cinco baús de marinheiro

⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 20 de junho de 1861.

arrombados, e outros muitos fragmentos sem valor pelo seu mau estado¹⁰.

Já ao final do mês, o *Diário do Rio Grande* informava que haviam chegado quatro corpos do sexo masculino pertencentes a tripulação da barca inglesa naufragada no Romeiro *Prince of Wales*, os quais, à requisição do respectivo cônsul foram mandados exumar pela delegacia de polícia na costa do Albardão, onde foram sepultados. Destacava que, das diligências empregadas pelo Subdelegado do Taim, só haviam sido encontrados os quatro cadáveres por ele remetidos, tendo sido encontrado um enterrado e três expostos ao tempo, no meio do campo. Explicava que os corpos estavam em muito mau estado, já comidos dos urubus e quase que no esqueleto, tendo sido depositados no cemitério dos protestantes, além das trincheiras, lugar onde compareceu o Delegado Suplente em exercício acompanhado do cônsul Henry Prendergast Vereker, sendo procedido o exame cadavérico pelo doutor José Pontes de França, verificando-se que não houvera violência, e que a morte adviera de asfixia por submersão. O jornal arrematava a matéria, detalhando que o cônsul Vereker mandara aprontar os caixões e fizera enterrar no mesmo cemitério os restos mortais dos quatro infelizes, a cujo ato compareceu grande número de súditos ingleses, inclusive alguns senhores do comércio da “primeira sociedade”¹¹.

¹⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 21 de junho de 1861.

¹¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 24, 25 e 26 de junho de 1861.

Poderia ser mais um naufrágio dos tantos ocorridos no litoral gaúcho, onde muitas vezes fora habitual o saque dos salvados. Exemplificativo disso foi o caso de uma embarcação brasileira, cujo sinistro fora naquele mesmo junho de 1861. A respeito do fato, o *Eco do Sul* noticiava que autoridade pública, tendo ciência do naufrágio do brigue nacional *Guaíba*, procedente do Rio de Janeiro com destino à Porto Alegre, naufragado cinco léguas ao sul da costa de Mostardas, junto à barra do *Peixe*, enviara funcionários encarregados da arrecadação dos salvados. A carga da embarcação era de açúcar, arroz, farinha de trigo, azeitonas e molhados. O naufrágio dera-se devido a grande temporal e fortes tufões, tendo perecido um passageiro e um escravo, cozinheiro do navio, salvando-se o capitão e onze pessoas da tripulação. Como o estado de saúde dos sobreviventes era lastimável, não puderam impedir o saque que houvera nas poucas coisas que deram à praia¹². A respeito do mesmo acontecimento, o *Diário do Rio Grande*, em nota, destacava que na costa de Mostardas naufragara o brigue *Guaíba* e que graças à ação de autoridade local ocorrera a arrecadação de duzentas e vinte e duas barricas de farinha de trigo, duas ancoretas de azeitonas, uma peça de cabo de Cairo, e grande parte do aparelho e velame do navio, ou seja, dois mastros reais, dois mastaréus de gávea, dois ditos de joanetes, seis vergas, uma carangueja, um fuso, um guropés, um pau de bojarrona e porção de fragmentos do navio que tinham dado à praia. Noticiava o jornal em

¹² ECO DO SUL. Rio Grande, 7 de junho de 1861.

relação ao sinistro, que a pilhagem tinha sido grande e, não fosse a autoridade policial, nada se teria salvado¹³.

Desse modo, tal tipo de episódio tornara-se comum ao longo da costa sul-rio-grandense, sem maiores repercussões além de notas publicadas junto à imprensa. Segundo as próprias versões do jornalismo, por mais censuráveis e condenáveis que fossem tais atos, era praticamente impossível impedi-los ou reprimi-los tendo em vista a escassa densidade demográfica ao longo daquela faixa litorânea, com grande área para dispersão e fuga dos envolvidos, inclusive havendo sempre a alternativa de bandearem-se os possíveis implicados para o outro lado da fronteira. O escasso quadro das forças policiais também contribuiria para a repetição daqueles acontecimentos. Assim, naquela vastidão de terras pouco povoadas ao extremo-sul do Brasil, as autoridades públicas poucas condições tinham de apurar responsabilidades quanto ao saque dos salvados.

O naufrágio do *Prince of Wales*, entretanto, acabaria enveredando por outros caminhos, ganhando uma notoriedade sem precedentes. Inserido numa questão mais ampla que tinha por fundo a ação do imperialismo britânico no Brasil, o sinistro se transformaria numa peça chave da ruptura diplomática conhecida como Questão Christie. Interessada em apressar a emancipação dos escravos no Império, na constante busca por ampliações de mercados, bem como no intento recorrente de obter vantagens comerciais e garantias a seus súditos que residiam e/ou negociavam

¹³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 14 de junho de 1861.

no país tropical, num processo que acompanhava a própria formação e consolidação do Estado Nacional Brasileiro, a Inglaterra não mediria esforços para demonstrar sua força diante da jovem nação sul-americana.

O predomínio britânico sobre o Brasil fora uma herança da época colonial. Desde a restauração lusitana, Portugal submetera-se crescentemente à influência e à preeminência dos ingleses, transformando-se em verdadeiro satélite da Grã-Bretanha no jogo de forças diplomáticas e bélicas no contexto europeu. A transmigração da família real lusa para sua colônia na América constituiria momento de inflexão nesse processo histórico, desencadeando-se a partir de então uma crescente ruptura para com o pacto colonial, desenvolvendo-se uma política de amplos privilégios para os britânicos, representados mormente pela Abertura dos Portos às Nações Amigas e pelos Tratados de 1810. A partir de tais eventos se desencadearia um caminho sem volta em direção à independência do Brasil, o qual, para obter seu reconhecimento na conjuntura internacional careceu do apoio inglês, vindo a desenvolver desde então a mesma prática da antiga metrópole, através de uma constante política de concessões que mais uma vez beneficiaria largamente a Inglaterra.

Apesar desse predomínio sobre o Império Brasileiro, a Grã-Bretanha enfrentaria uma ordem de resistência junto ao mesmo, quando se tratava da questão da extinção da escravidão. Tendo em vista o caráter essencial do escravismo para a manutenção das estruturas socioeconômicas nacionais, o governo brasileiro optara por um caminho de procrastinações em

relação à perene pressão inglesa em torno daquele intento. Assim, as medidas adotadas em prol do fim da escravidão tendiam a não ser definitivas, buscando garantir a continuidade da mesma. A coação britânica tendia a crescer e como era comum à época quando as tratativas diplomáticas normais não davam resultados mais imediatos, pragmaticamente, a Inglaterra passava à diplomacia da força. O próprio representante inglês cujo nome deu origem ao rompimento das relações entre os dois países, William Dougal Christie, era partidário da idéia de que os governantes brasileiros só agiriam de acordo com os desejos da potência europeia, sob o repressor tacão da bota do poder imperialista.

A tradicional prática da “diplomacia da canhoneira” iria ser utilizada plenamente no caso brasileiro, de modo que o naufrágio do *Prince of Wales* deixaria de ser mais um sinistro ocorrido na costa rio-grandense-do-sul para transformar-se num episódio decisivo nas interfaces diplomáticas brasileiro-britânicas. O cônsul britânico no Rio Grande, Henry Vereker, desempenharia papel decisivo em potencializar o acontecimento, passando a acusar as autoridades públicas brasileiras de negligência e conivência, ao denunciar não só o roubo dos salvados, mas também um possível assassinato de imaginados sobreviventes. Tais acusações do cônsul encontrariam amplo respaldo da parte de Christie. As discussões, apurações e trocas de correspondência evoluíram crescentemente e, por mais que o governo brasileiro tentasse apurar os fatos e justificar-se diante das acusações da representação inglesa, para esta, pouco valia a palavra dos brasileiros. A situação só tendia a agravar-se, com a recorrente exigência de satisfações de parte da Inglaterra, somando-

se ao sinistro do *Prince of Wales* a prisão de militares britânicos que, embriagados, provocaram balbúrdias no Rio de Janeiro, culminando com a intervenção militar inglesa, interditando a navegação no litoral fluminense. Passaria então o Brasil a exigir reparações por tal ato.

O aprofundamento da crise levaria à ruptura diplomática entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Esse rompimento, entretanto, não teria por significado a paralisação das relações comerciais e financeiras entabuladas entre ambos os países, as quais tiveram continuidade, bem como se manteve o predomínio britânico sobre o Império. Em pouco tempo, tendo em vista os interesses ingleses na região platina, seriam reatadas as relações diplomáticas entre as duas nações, por ocasião do desencadear da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Do ponto de vista da opinião pública, entretanto, a Questão Christie traria em si um amplo significado com uma grande mobilização em torno da causa nacional, promovendo-se verdadeira campanha contra a diplomacia de força dos ingleses. Nessa cruzada nacionalista, a imprensa exerceria um papel fundamental, manifestando-se com veemência os jornais de todo o país e, como não poderia deixar de ser, tal processo também se daria no seio do jornalismo rio-grandino.

Mal sabiam as folhas da cidade portuária que, ao noticiarem os acontecimentos sobre o sinistro do *Prince of Wales* e fazerem referência às “espantosas pilhagens”, fato corriqueiro naqueles tempos, estariam dando subsídios argumentativos para o cônsul Henry Vereker, personagem que em seguida viria a se transformar em *persona non grata* e alvo de significativa execração de parte daquelas mesmas publicações. Os acontecimentos

em torno daquele naufrágio, tendo em vista a querela criada pelos representantes ingleses, viriam a originar uma verdadeira aura em torno dos “atos de pirataria” no litoral rio-grandense-do-sul, atizando um rol de narrativas e lendas em torno de tais episódios, nas quais apareciam mesclados o real, a ficção e o imaginário que passaram a interagir na construção da memória social dos gaúchos. O *Diário do Rio Grande*, o *Comercial* e o *Eco do Sul*, através de suas páginas, dariam os passos iniciais em direção à edificação desses fragmentos memoriais¹⁴.

¹⁴ Texto publicado originalmente em: Imprensa e caricatura no Rio Grande do Sul: estudos históricos. Rio Grande: FURG, 2010. p. 29-38.

As relações (de desconfiança) entre Brasil e Argentina à época da Guerra do Paraguai na perspectiva da imprensa ilustrado-humorística gaúcha

Francisco das Neves Alves

Ao longo da segunda metade da década de sessenta do século XIX, o Império do Brasil se envolveria no mais grave confronto bélico de sua história, compondo uma Tríplice Aliança junto com Argentina e Uruguai, para enfrentar o Paraguai. Essa guerra viria a ser a mais ferrenha dentre as questões platinas das quais o Brasil participou levando em frente suas práticas intervencionistas em relação a alguns de seus vizinhos sul-americanos. As intervenções brasileiras tinham por característica fundamental a invasão do país adversário, com a derrubada do governo desfavorável à causa imperial, e já fora realizada contra as repúblicas argentina e uruguaia, em ações bélicas normalmente breves no cronológico. A Guerra contra o Paraguai, entretanto, tendo em vista a resistência do povo guarani e as dificuldades enfrentadas pelos aliados, acabaria por estender-se no tempo, durando em torno de um lustro, o

qual viria a ser desastroso para o derrotado Paraguai, aniquilado após fim do conflito, mas também traria efeitos indelévels para o Império que teria algumas de suas estruturas abaladas pelo prolongado enfrentamento militar.

A duração da Guerra do Paraguai, os esforços voltados ao conflito bélico, os riscos advindos da luta próxima às fronteiras nacionais e a quantidade de indivíduos envolvidos viriam a constituir alguns dos fatores que levaram a um enorme interesse pelos acontecimentos no teatro de guerra. Para saciar tal sede de informações a imprensa exerceu um papel fundamental, trazendo notícias e expedindo opiniões sobre os acontecimentos envoltos no confronto militar. Incomensuráveis páginas de jornal foram elaboradas através das localidades brasileiras que contavam com o periodismo, com a publicação de textos e imagens sobre o cenário bélico.

Nesse contexto, um dos segmentos da imprensa brasileira que contou com o gosto do público leitor foi o das publicações ilustrado-humorísticas, as quais somavam ao texto o apelo visual da imagem. Dentre as folhas de natureza ilustrada, um dos gêneros que mais se destacou no Brasil do século XIX foi aquele representado pelos semanários caricatos. Houve nessa época uma proliferação de periódicos caricatos pelas principais cidades do Império¹⁵ e eles teriam também

¹⁵ A respeito da expansão da imprensa caricata no Brasil, observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.;

uma ação contundente na divulgação do teatro de guerra. Em linhas gerais, o jornalismo brasileiro atuaria decisivamente em nome da causa imperial contra o adversário em comum e, no caso dos caricatos, não seria diferente. Assim ocorreria também um engajamento junto ao periodismo ilustrado, o qual lhe conferiu um relevante papel, uma vez que condenou as formas de atuação do adversário e apresentou-se como privilegiada base da legitimação pretendida pelo Império em sua ação armada contra o governo paraguaio¹⁶. Em meio a tal contexto esteve incluso o hebdomadário gaúcho *A Sentinela do Sul*¹⁷.

Pioneira dentre as publicações ilustrado-humorísticas sul-rio-grandenses, *A Sentinela do Sul* foi um semanário editado na capital da província, Porto Alegre entre julho de 1867 e a virada de 1868 a 1869.

MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.; SOUZA, Jonas Soares de. A vitrine do imaginário: periódicos ilustrados no século XIX. *Documentos*. v. 3. n. 6. Campinas: B.C.M.V, jul/dez. 1991. p. 33-43.; e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

¹⁶ SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996. p. 169.

¹⁷ ALVES, Francisco das Neves. *Guerra do Paraguai e imprensa no Rio Grande do Sul: dois ensaios históricos*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2021. p. 9-11.

Júlio Timóteo de Araújo e Manoel Felisberto Pereira da Silva eram seus proprietários, a sua impressão era feita na Litografia Imperial de Emílio Wiedemann, enquanto as ilustrações ficavam a cargo de Inácio Weingärtner, que atuava como gravador naquela empresa. A *Sentinela* apresentava-se como jornal ilustrado, crítico e joco-sério e, com humor, lembrava que seria publicada diariamente, com exceção dos dias de semana, custando, primeiramente, 9\$000 por semestre, 16\$000 por ano e \$440 réis, o número avulso, passando, mais tarde, a 12\$000 e 14\$000 anuais, respectivamente para os assinantes da capital e de fora dela. Em meio aos modelos normalmente mais críticos e ácidos das folhas caricatas, *A Sentinela* manteve sua construção discursiva e suas manifestações pictóricas em padrões razoavelmente mais amenos e moderados¹⁸.

Essa publicação manteve padrões de significativa qualidade gráfica para os modelos da época, graças ao bom trabalho como gravador, retratista e calunguista promovido pelo seu ilustrador. Além disso, caracterizou-se por um caráter por vezes ameno do espírito crítico, rechaçando as penas mais desabusadas e contundentes, de modo que o jornal, ainda que se rotulasse de crítico e jocosos, era sério também. O “Redator” da folha, muitas e muitas vezes representado nas páginas do semanário, com sua cartola e quase sempre acompanhado de seu auxiliar, um jovem negro, o “Piá”, na maioria das suas aparições, assumia os ares aconselhados pela decência, não dando granja ao

¹⁸ FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. p. 13-27.

moleque, a quem apenas permitia perguntas discretas. Séria e/ou humorística, *A Sentinela do Sul* abriria espaço para um gênero que ganharia repercussão no Rio Grande do Sul do século XIX, mas, mantendo o caráter muitas vezes pouco longo de este tipo de publicação, já passava por dificuldades em agosto de 1868, vindo a desaparecer em janeiro do ano seguinte¹⁹.

A qualidade gráfica do periódico poderia ser observada desde o seu próprio cabeçalho, uma composição equilibrada e inteligente, levada a termo com segurança técnica e bom gosto real. A gravura do frontispício mostrava ao fundo uma vista panorâmica da cidade de Porto Alegre, destacando-se, no primeiro plano, à direita, a figura de um índio – símbolo americano e brasileiro – e, à esquerda, em referência à Guerra do Paraguai, um acampamento militar, a cuja frente aparecia um gaúcho a cavalo, em trajes típicos, os quais se tornariam tradicionais. Completava a alegoria, além de outros elementos decorativos, uma cartela, ao centro, em que se inscreve o lema “a sorte favorece os audazes”, escrito em latim e, ao alto, em letras de caprichoso corte, o título da publicação²⁰. O conjunto era composto por dois querubins que, em suas trombetas, traziam os dísticos: “*Sentinela do Sul – jornal ilustrado*”.

¹⁹ FERREIRA, 1962. p. 17, 19 e 26-27.

²⁰ FERREIRA, 1962. p. 17.



Em sua apresentação²¹ o semanário, com ironia, lembrava que todos os jornais e todas as publicações periódicas tinham o costume de apresentarem ao público – definido como uma entidade que engolia as *araras* da imprensa e pagava as suas assinaturas – um programa, no qual minuciosamente detalhavam tudo quanto pretendiam, ou, na maioria das vezes, não pretendiam fazer naquela espinhosa carreira e no desempenho daquela árdua e honrosa missão, que seria um sacerdócio e conduziria a um martírio. Nesse sentido, a folha caricata dizia que não pecaria pela omissão de tal dever, e mesmo que não fosse dada a frases altissonantes, não iria deixar de seguir a regra geral. Usando um termo considerado obrigatório em matéria de programa, a folha afirmava que entrava na arena, armada de pena e de crayon, disposta a sustentar a luta contra o indiferentismo do público e a falta de assinaturas, os dois principais inimigos que quase

²¹ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 7 jul. 1867. A. 1. N. 1. p. 2

sempre perseguiam as empresas da sua ordem. O hebdomadário declarava estar disposto a maçar os seus leitores com oito páginas mistas de textos e gravuras, nas quais abrangeia, tanto quanto possível, as ocorrências da semana.

Buscando isentar-se da prática da pasquinagem, o semanário destacava que, apesar da crítica ser o seu elemento principal, a mesma seria manejada com discernimento, nunca passando das raiais da justiça e da honestidade, só ferindo a partir da razão e nos limites da decência, de modo que não viria a empregar a arma do ridículo contra o que fosse nobre, belo e grande. Já no seu programa, o semanário mostrava suas intenções de ter a Guerra do Paraguai como um de seus motes editoriais, enfatizando que as honras, as glórias e as alegrias da pátria achariam eco fiel na *Sentinela do Sul*, que se esforçaria para dar aos seus leitores não só os retratos e as biografias dos pró-homens da época e da situação guerreira, mas também vistas do teatro da guerra. Dizia ainda que a caricatura não poderia faltar, pois ela seria o sal ático da publicação, que em tom jocossério diria muitas verdades, permanecendo fiel ao antigo princípio “*ridendo castigare mores*”. Dessa maneira, a folha adotava um espírito moralizador da sociedade, muitas vezes assumido pelos caricatos, garantindo que se esforçaria com desenhos e palavras para castigar o crime, a hipocrisia, a ignorância e a vilania no que tinha de mais caro, ou seja, o seu amor próprio.

O periódico expunha também que acreditava no favor público que o acompanharia na senda que se propunha a percorrer, tomando por norte a razão, a justiça e o patriotismo. Previa ainda que a sua execução artística seria sempre digna de entrar em comparação

com a das edições ilustradas da corte, bem como a sua publicação e expedição seriam feitas com regularidade. Como a primeira folha ilustrada que saía na província do Rio Grande, esperava contar com a proteção do público. Uma das marcas registradas da *Sentinela* era se manifestar por meio de seus dois personagens principais – o “Redator”, representando a figura do escritor público/jornalista, e o “Piá”, o negro que auxiliava aquele e com o qual mantinha recorrentes diálogos, publicados na sessão “Colóquio entre o Redator e o seu Piá”, uma das mais frequentes dentre as editadas pela folha²².

²² ALVES, Francisco das Neves. *O primeiro periódico caricato sul-rio-grandense e as imagens do feminino (Sentinela do Sul, 1867-1868)*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2019. p. 9-13.



- O Redator -



- O Piá -



- o Redator e o Piá -

A época em que circulou *A Sentinela do Sul* correspondeu a alguns dos decisivos momentos da Guerra da Tríplice Aliança, o mais grave conflito bélico no qual se envolveu o Império brasileiro. Desse modo, a

Guerra do Paraguai tornou-se verdadeira pauta editorial do periódico, tendo uma presença constante em praticamente todos os números da folha ilustrada. Nesse sentido, o enfrentamento dos aliados, Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai foi traduzido nas páginas do periódico em suas mais variadas seções, sendo publicadas matérias informativas, comentários, opiniões, críticas, caricaturas, alegorias, cenas de batalhas, mapas, plantas, retratos, entre outros recursos. A ideia fundamental era trazer todo o tipo de notícia sobre o teatro de operações bélicas, uma vez que havia um público ávido por informes, ainda mais no caso do Rio Grande do Sul, que sofrera diretamente com as mazelas da guerra, tendo o seu território invadido, e que possuía um significativo contingente de seus habitantes envolvidos na campanha do Paraguai²³.

O hebdomadário porto-alegrense tratou dos assuntos mais diversificados e, além do fulcro crítico-opinativo, teve também um intuito moralizador, ou seja, observava a realidade visando a identificar e diagnosticar soluções para aquilo que considerava como males que afetavam a sociedade. Tal ação atingia os mais amplos segmentos da vida social, política, econômica, ideológica e/ou cultural e não seria diferente no que tange às relações internacionais. Nesse quadro, o papel do Brasil no contexto global foi um dos elementos constitutivos analisados e, em tal contexto, as interações

²³ ALVES, Francisco das Neves. *Biografia e heroificação na Guerra do Paraguai: o papel do semanário A Sentinela do Sul*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2022. p. 11-12.

entre Brasil e Argentina fizeram parte de sua pauta editoriais.

As inter-relações brasileiro-argentinas caracterizaram-se historicamente por uma tendência mais próxima do atrito e do conflito do que da harmonia. As rivalidades históricas originaram-se ainda na era colonial, com as contendas entre lusos e espanhóis por territórios, mormente a partir do projeto português de avançar no Prata com a Colônia do Sacramento, em um processo que ultrapassou um século. Já no período posterior às independências, Brasil e Argentina estiveram em lados opostos por diversas vezes, como na Guerra da Cisplatina, entre o Império Brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata e a Guerra contra Rosas. Nessa época, a política externa brasileira teve por característica uma prática intervencionista contra seus vizinhos platinos. Mesmo na Guerra do Paraguai, na qual brasileiros e argentinos lutaram do mesmo lado, as desconfianças permaneceram, com uma série de suspeitas e prevenções nas relações bilaterais entre as duas nações. Além disso, havia também uma disputa no que tange a uma hegemonia no contexto sul-americano²⁴.

Nesse contexto, por meio de sua expressão textual e imagética, *A Sentinela do Sul* observou

²⁴ ALVES, Francisco das Neves. *Registros históricos na cidade do Rio Grande: do local ao internacional*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2026. p. 108-109. Acerca das relações brasileiro-argentinas, ver: CERVO, Amado Luiz. & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

igualmente com desconfiança o aliado argentino durante a Guerra da Tríplice Aliança. O “Colóquio entre o Redator e o seu Piá” foi uma das seções do periódico na qual mais notória foi a inserção de tal tópico editorial. Nesse contexto, o Piá, ao trazer “novidades do teatro da guerra”, informava ao Redator, que Solano Lopez e sua esposa, Elisa Lynch, tinham pedido “hospedagem a Rosas em Southampton, e este está disposto a ceder-lhe os aposentos que há muito mandara preparar para *su amigo* D. Justo”, demarcando a suspeita para com a antiga liderança argentina”²⁵. Em outro “Colóquio” ficava ainda mais evidenciada a desconfiança para com a Argentina, seja em relação à competência de Mitre como comandante militar, seja em relação à instabilidade interna do país platino, com os temores em torno da figura do caudilho argentino Urquiza:

Piá – O general Mitre tornou afinal a voltar ao teatro da guerra e em 31 do mês passado assumiu o comando em chefe do exército aliado. Meu amo já leu a carta que lhe dirigiu o Marquês de Caxias?

Red. – Não, o que dizia ela?

Piá – Caxias mandou-lhe dizer que o exército debaixo de sua direção já tinha avançado até Negrete e que, se Mitre quisesse vir honrar o campo com sua presença, o poderia fazer com toda a segurança.

Red. – Homem, não deixa de ter o seu sal a tal carta. Não sei se Mitre compreendeu o recado,

²⁵ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 14 jul. 1867. A. 1. N. 2. p. 2

mas a mim me parece que o velhote mangou seu bocadinho com ele, dizendo-lhe aquelas palavras.

Piá – E o mais é que tem razão, porque tudo quanto até agora tem sido feito no teatro da guerra, fizeram-no os generais brasileiros, e Mitre foi passear a Buenos Aires, quando sua presença era mais reclamada.

Red. – Sim, agora que as maiores dificuldades estão vencidas, o general em chefe volta para que depois caiba a ele a maior parte dos louros. O sistema não é mau.

Piá – Verdade é que o pobre do Mitre tem bastante em que pensar por causa dos seus negócios de Buenos Aires, que não vão muito bem.

Red. – Lá isso é verdade; o *respeitável ancião* de S. José está começando a tornar-se importuno com as suas compras de armamento moderno, revistas e reuniões políticas e militares. É singular país aquele. Urquiza não passa de um empregado do governo, é súdito argentino e, portanto, devia obedecer a Mitre, mas, sem dar-lhe a menor satisfação, compra ele armamento, reúne gente e prepara-se com todo o descanso para a revolução que proximamente vai encabeçar, segundo todos os indícios. E o governo argentino não tem força nem energia bastante para impedir a compra de espingardas de agulha, artilharia raiada, etc., que um seu súdito faz com a maior ostentação.

Piá – Sempre lhe direi, meu amo, que aquilo por lá não está muito em ordem e tenho muito receio que, acabada a questão com o Paraguai, venhamos a ter dúvidas com os nossos leais aliados, mormente se Urquiza conseguir assenhorar-se do domínio da república.

Red. – Não duvido nada, e se as operações no Paraguai tornarem outra vez a um estado de longa inação, tenho até receio que Urquiza levante o grito da rebelião, antes de concluída a guerra contra aquela república.

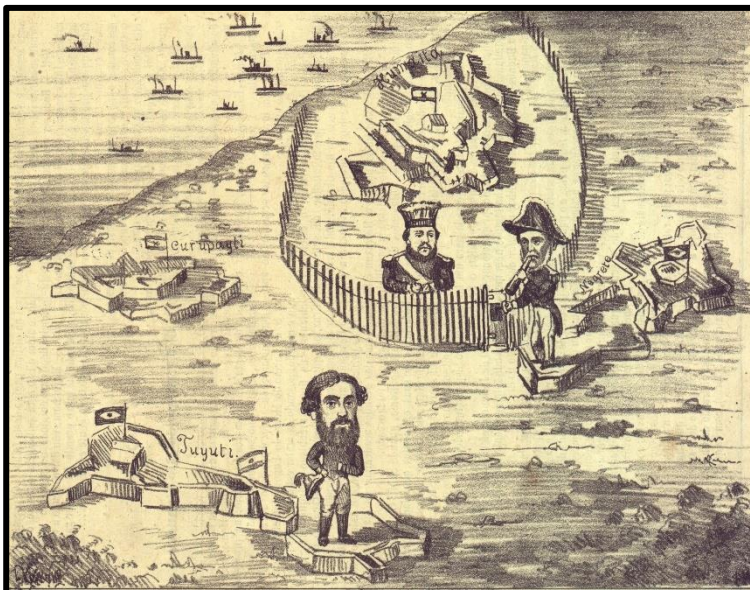
Piá – Muita gente assim pensa, e certo é que o estado de coisas no Rio da Prata não tem nada de agradável para o Brasil, que sabe Deus que enormes sacrifícios terá ainda de fazer, para assegurar à América do Sul o estado de ordem e progresso que anela, e para o qual são eternos obstáculos essas republiquetas hispano-americanas, onde só reina desordem e eterna luta de partidos.²⁶

Os desacertos com a Argentina foram estabelecidos também a partir do registro imagético presente na arte caricatural, com desenho que mostrava Solano Lopez aparecendo na defensiva, muito tranquilamente colocado do seu lado “da cerca”, ao passo que Caxias se mostrava insatisfeito com a atitude procrastinatória de Mitre, incitando: “Se V. Ex., satisfazendo os desejos dos exércitos aliados, quiser decidir-se a vir honrar este campo com a sua presença, o poderá fazer com a maior segurança”²⁷. Tais protagonistas se repetiriam em outra caricatura, intitulada “A pesca milagrosa”, na qual o único esforço para capturar Francisco Solano Lopez, que assumia a forma de um peixe, escorregadio e difícil de apanhar,

²⁶ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 25 ago. 1867. A. 1. N. 8. p. 2.

²⁷ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 25 ago. 1867. A. 1. N. 8. p. 4.

advinha da liderança militar brasileira do Marquês de Caxias, ao passo que o argentino Mitre se colocava ao largo, ao lado do uruguaio Flores, aquele de braços cruzados e este de mãos no bolso, em sinal de falta de iniciativa e de inação²⁸.

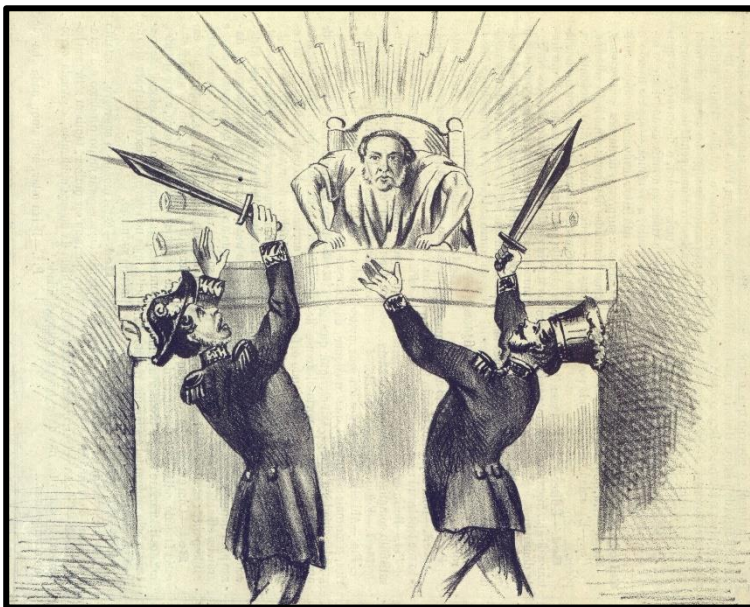


²⁸ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 13 out. 1867. A. 1. N. 15. p. 5.



A insegurança no que tange às agitações do ambiente interno argentino era mais uma vez manifesta pela *Sentinela do Sul*, ao apresentar ilustração na qual tanto o Brasil – representado por Caxias –, quanto o Paraguai – designado pela presença de Lopez – tal qual gladiadores, apresentavam-se diante de Urquiza, dispostos a morrer em busca do apoio de tal líder argentino, considerado pouquíssimo confiável por parte do semanário gaúcho. Em relação a tal cena, os representantes da redação do periódico travaram mais um diálogo, no qual o Piá perguntava: “Oh, meu amo, que é que representa aquela nossa estampa de hoje, que Lopez e Caxias cumprimentam de espada em punho?”. Diante do questionamento, o Redator explicava que se tratava de Urquiza, que ali “representa o papel dos imperadores romanos, que presenciavam para o seu

recreio as sangrentas lutas do circo”, nas quais “os atletas tinham de saudar: ‘Aqueles que vão aniquilar-se te saúdam’”, detalhando que, “de fato está Urquiza contemplando a luta, gostando dela e fazendo os seus planos para o futuro”, pois “é o único que tira real proveito de toda essa triste guerra, que diariamente impõe novos sacrifícios aos beligerantes e sobretudo ao Brasil”²⁹.



A competência militar do líder argentino foi mais uma vez contestada em matéria cujo título trazia o seu nome - “D. Bartolomeu Mitre”. Segundo a coluna, “o

²⁹ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 1º dez. 1867. A. 1. N. 22. p. 5 e 7.

presidente da república argentina, o nosso aliado na guerra contra o Paraguai”, em que “por vezes tem tido o comando em chefe, não deve a sua carreira exclusivamente à sua perícia militar”, uma vez que, “as suas mais belas vitórias, os mais brilhantes louros, colheu ele em outro campo que não o da batalha”, de modo que ele “deve sua importância política em grande parte ao seu prestígio de jornalista e orador”. Dessa maneira, Mitre era descrito como aquele que, “durante longos anos fez parte integrante da imprensa política de Buenos Aires e à sua pena, mais do que à sua espada, deveu as glórias de sua atual posição”. Frente a tal questão, o semanário contestava que “a aliança com Buenos Aires era uma necessidade”, mas “o comando em chefe de Mitre, não só não era necessário, como também não foi proveitoso”. O argentino em pauta era acusado de ter condenado o exército brasileiro “à inação”, uma vez que não era “estratégico, nem chefe militar de real mérito”, como o “seu comando no Paraguai tem provado”, de maneira que, “como estadista e como político vale muito mais do que como general”. Ainda assim, a folha ressaltava que, “abstração feita de sua incapacidade militar”, Mitre seria “um homem superior, de incontestável talento e estimável pela elevação do seu caráter”, ainda mais ao manter-se longe do teatro de operações da guerra³⁰. A insatisfação para com as lideranças argentinas foi manifestada também por meio da arte caricatural, em um cenário de jogatina, no qual os chefes platinos Bartolomeu Mitre, Domingo Faustino Sarmiento, Rufino Jacinto de Elizalde

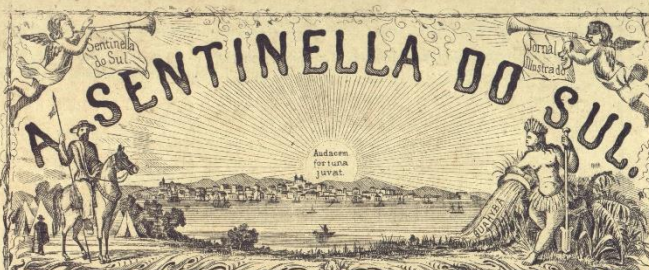
³⁰ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 22 mar. 1868. A. 2. N. 38. p. 2.

e Justo José de Urquiza – enquanto os brasileiros perdiam suas vidas no campo de batalha – tratavam das questões da guerra como se fosse um jogo de sorte, no qual o “mérito” era substituído pela “cabala”³¹. A falta de confiança foi também manifestada através de alegoria imagética, na qual o indígena – tradicional representação da nacionalidade brasileira – encontrava-se de braços dados com dois *gauchos*, um argentino e um uruguaio, ao passo que a legenda se mostrava carregada de ironia, com a constatação de que a aliança era apenas circunstancial, tendo em vista o estado de beligerância, ao dizer que “O Brasil, a República Oriental e a Confederação Argentina são amigos... no Paraguai”³².

³¹ A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 26 abr. 1868. A. 2. N. 43. p. 1.

³² A SENTINELA DO SUL. Porto Alegre, 3 maio 1868. A. 2. N. 44. p. 1.

RIO GRANDE DO SUL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ESTUDOS
HISTÓRICOS



A SENTINELLA DO SUL.

Jornal ilustrado, crítico e jocoso-serio.

Publica-se todos os dias, com excepção dos dias de semana.
Redactores: Diversos.

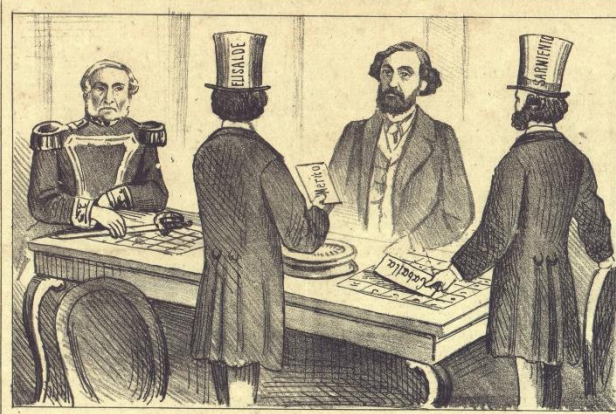
ASSIGNATURAS.
Para a capital... 7.000
Semestre... 1.500
Anno... 4.000
Avulso 440 rs.

ASSIGNATURAS.
Fora da capital... 8.000
Semestre... 1.600
Anno... 4.200
Cotas adiadas P

Anno 2º

PORTO ALEGRE.
Domingo 26 de Abril de 1868.

Nº 43.



Faites votre jeu, Messieurs !



Assim, os conflitos bélicos na região platina à época colonial e imperial levaram a uma desconfiança mútua na conjuntura brasileiro-argentina. Era um fenômeno que só agudizava a contingência de emulação e suspeita mútua, espírito que se refletiu na arte caricatural expressa pela imprensa ilustrado-humorística

porto-alegrense, sempre alerta para com os possíveis avanços vindos do Prata e apontando a necessidade do Brasil estar ciente do iminente perigo³³. Nessa linha, *A Sentinela do Sul* se associou a esse espírito de desconfiança no âmbito das relações brasileiro-argentinas, refletindo a perspectiva de incerteza e a possibilidade de certo risco de traição ou de rompimento da aliança de parte dos platinos, tendo em vista que, como afirmava o semanário, “acabada a questão com o Paraguai, venhamos a ter dúvidas com os nossos leais aliados”.

³³ ALVES, 2026, p. 123-124.

A formação do Plano Regional de integração e desenvolvimento: Estudo de caso do PR 35 na BLM

José Vanderlei Borba*

1. Introdução

Os suportes teóricos que identificam as diferentes visões sobre integração e desenvolvimento apontam para diferentes conclusões. De um lado, há a corrente de pensamento baseada no determinismo econômico e, de outro lado, há a corrente que enfatiza as condições sociais, políticas, culturais e econômicas vigentes. De toda sorte, independentemente do alinhamento às citadas correntes, o papel dos países periféricos, em

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. D. Sc. em Integração Regional. Conselheiro da Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande/RS. Autor de textos sobre fronteiras/relações exteriores, comércio/ administração e integração/desenvolvimento regional, com ênfase em Rio Grande/Rio Grande do Sul/ Brasil e República Oriental do Uruguai, com publicações na Coleção Rio-Grandense e Coleção Documentos da Biblioteca Rio-Grandense.

diferentes momentos históricos, está atrelado aos interesses das potências hegemônicas.

A pretensão do texto, resultado dos estudos de Doutorado em Integração Regional, é analisar e tentar explicar o atrelamento de projetos regionais de integração e desenvolvimento ao contexto internacional demarcado por influência de países dominantes sobre países dominados. A manutenção da hegemonia é buscada e viabilizada, em diferentes momentos, com instrumentos diferenciados, mas cujos efeitos mantêm ou submetem os interesses dos países periféricos aos das potências economicamente dominantes.

Dada a extensão do tema, vale ressaltar a posição de Thomson (1968), que afirma que ao estudioso de história contemporânea se oferece, de modo especialmente agudo, a dificuldade de ver o bosque em vez de árvores.

“El problema no consiste en escasez de material o falta de datos. Su desventaja (...): una tal superabundancia de fuentes que su capacidad no basta para manejarla. (...) se conservan en número tan aplastante y tan intacto que, para beneficiarse de ellos, el historiador tiene que arbitrarse un principio de selección y de reducción que le permita compendiarlos en una proporción que haga posible su manejo”.

A opção por determinado viés é de exclusiva responsabilidade do autor, pois seria impossível abarcar todos os aspectos envolvidos em um estudo de caso. A contextualização envolve o ambiente nacional e o internacional, os referenciais teóricos e os fatos documentados à época do projeto regional de integração e de desenvolvimento.

Metodologicamente, corresponde à análise relacional, segunda etapa das proposições de Cardoso & Brignoli (1983) para o método histórico, com a qual se pretende estabelecer explicações para o conjunto de questões que envolveram o projeto regional (bi-nacional – Brasil e Uruguai) de integração e de desenvolvimento, nas décadas de 1960 e 1970, na Bacia da Lagoa Mirim.

2. Contexto dos Países Dominantes

Enquanto a Inglaterra, durante o século XIX, reinava como a primeira potência imperial do mundo, lentamente e em relativa obscuridade, os Estados Unidos iam crescendo. Sua colonização não ocorreu nos moldes mercantilistas do resto do continente americano, pois não havia metais preciosos ou especiarias para serem oferecidas à Europa. Foi uma colônia de povoamento e não de exploração. Esta explicação de Lopez (1998) se confirma, pois, no final do século XVIII, os americanos aproveitando sua condição de *neutros*, começam a ter no Caribe e, depois, no resto da América hispânica, um mercado seguro para produtos de sua nascente indústria.

A vitória do Norte sobre o Sul demarcou a vitória do modelo industrializante e burguês nos EUA, o que levou à expansão da fronteira do país ao Oceano Pacífico e a confirmação da ideologia da livre iniciativa e do heroísmo pioneiro. Impunham-se a mentalidade do *big business* e o

ideal do *self made man*. Estas condições propiciaram a incorporação de várias regiões ao território original dos Estados Unidos: (a) Luisiana comprada à França por 3 milhões de dólares, em 1803; (b) Flórida comprada à Espanha por 5 milhões de dólares, em 1819; e, (c) Alasca comprado à URSS por 7 milhões de dólares, em 1867. Em 1848 houve a tentativa de comprar Cuba à Espanha por 100 milhões de dólares. Fora das negociações e pela força das armas, os EUA incorporaram do México: Texas, Novo México e Califórnia; e, da Espanha: Porto Rico.

Um jornalista e político sulista chamado DeBow, em 1850, resumia em palavras a posição acerca dos interesses que puseram em marcha o imperialismo americano:

*"... temos um destino a cumprir, um destino manifesto sobre todo o México, sobre a América do Sul, sobre as Índias Ocidentais e o Canadá"; ou seja, uma "missão civilizadora, o dever de levar o progresso e a ordem aos povos inferiores".*³⁴

A estratégia aplicada foi semelhante à estratégia dos impérios europeus - controlar economicamente as nações dominadas, mas permitir-lhes conservar as aparências de soberania. Como os EUA não tinham colônias na África, o objetivo mais imediato eram as Américas.

A partir de 1880, os EUA intensificaram sua penetração na América Latina. Segundo

³⁴ LOPEZ (1998), p. 105.

Lopez (1998), porque (1º) seu capitalismo, passando da fase da livre iniciativa, já começara a ingressar na fase monopolística, com algumas grandes empresas tendendo a controlar as decisões econômicas por domínio do setor produtivo; e, (2º) ao atingir o Pacífico esgotara as possibilidades de crescer internamente. Assim, as inversões passaram a ser alvo predileto da ação econômica: petróleo na Venezuela, cobre no Chile, açúcar em Cuba, bananas na América Central, etc.

Esta formatação capitalista combinava a *mais-valia absoluta* (exploração intensiva de mão-de-obra) e a *mais-valia relativa* (exploração qualitativa da mão-de-obra pelo emprego de tecnologia cada vez mais aperfeiçoada).

Toda a forma de manutenção da exploração nas Américas estava alicerçada na Doutrina Monroe (formulada por James Monroe, presidente no período 1817-1825), com a qual os EUA repeliam qualquer tentativa de intervenção da Europa nos seus negócios nas Américas, assim como a intervenção das Américas nos negócios europeus.

Com base na Doutrina Monroe, duas cartas de princípios demarcam o comprometimento dos EUA com as estruturas do capitalismo: (a) *Corolário Olney* (1895) que afirmava que Washington não toleraria nenhuma intervenção europeia no continente, sem ser previamente consultado; e, (b) *Corolário Roosevelt* (1904) que estabelecia que os EUA tinham o direito de intervir nos assuntos dos países latino-

americanos sempre que ocorressem desordens e instabilidades internas.

A posição de Roosevelt foi de *falar macio e carregar um grande porrete (big stick)*. Isto se aplicou a Cuba, Nicarágua, México e Haiti, nos primórdios do século XX. Com William Taft, sucessor de Roosevelt, completou-se a política, formulando a chamada *diplomacia do dólar*, expressa na declaração de que as intervenções dos fuzileiros navais visavam assegurar facilidades para a entrada de mercadorias e de investimentos, que ao final seriam *fonte de benefícios para ambas às partes*.

3. Contexto dos Países Periféricos

A formação dos Estados Nacionais do Brasil e do Uruguai não se constituiu pacificamente. Ao contrário, foi marcada por diversos enfrentamentos e por avanços e recuos nos limites de fronteira.

A ação do Brasil para acrescer territórios vinha desde o período colonial e continuou durante os primórdios da Primeira República. O expansionismo do Brasil, submetendo outras áreas americanas³⁵, possibilitaria influenciar

³⁵ Anexações territoriais durante o Império totalizaram 405.000 km², sendo 48.000 km² do Uruguai, em 1850; 150.000 km² da Venezuela, em 1859; 160.000 km² da Bolívia, em 1867; e, 47.000 km² do Paraguai, em 1870; já durante a Primeira República foram 638.036 km², sendo 35.341 km² da Argentina, em 1893-1895;

econômica e politicamente os territórios limítrofes, com o respaldo do imperialismo inglês (séculos XVIII e XIX) ou americano (século XX).

De um lado, sem a presença de um Estado forte para solidificar a união de regiões tão díspares, o risco de desintegração provinha do outro lado da fronteira, logo, crescer territorialmente era uma forma de manter a unidade nacional. Por outro lado, muitas vezes, as fronteiras se conformaram pela ação de colonizadores em busca de novas possibilidades e o Estado luso e brasileiro nada fazia para impedir a transgressão dos limites territoriais, com a justificativa de que a terra pertencia a quem a colonizasse (*uti possi detis*). As fronteiras meridionais do Brasil foram definidas pelas duas formas de expansionismo territorial: (a) obtenção de vantagens comerciais com Inglaterra ou com os Estados Unidos; e, (b) expansão colonizadora de áreas de fronteira.

O Uruguai integra a estratégia espanhola de manter os portugueses longe das minas de prata de Potosí (em território boliviano). Com a fundação, pelos portugueses, da Colônia do Sacramento, os espanhóis cederam, aos jesuítas, posse de terras, em 1724, para instituir povoamentos ao redor da colônia portuguesa. A ação da Companhia de Jesus, reunindo quatro mil índios, resultou na tomada de Colônia e

261.540 km² da Guiana Francesa, em 1899-1900; e, 12.950 km² da Guiana Britânica, em 1901-1904,

provocou o recuo português. A reação portuguesa foi ocupar, militarmente, a faixa litorânea do oceano Atlântico, estabelecendo, em 1737, o forte Jesus-Maria-José (a atual cidade do Rio Grande).

Por algum tempo, a área territorial entre a Colônia de Sacramento e o Rio Grande de São Pedro permaneceu desocupada, por não terem, lusos e espanhóis,

*“recursos suficientes para ocupar definitivamente a área, mantendo aquela zona fronteira como um vazio humano”.*³⁶

No século XVIII, ambos iniciam movimentos colonizadores para dar validade às suas pretensões territoriais, e traçam-se os primeiros contornos (via Tratados) da Banda Oriental/Uruguai e do Rio Grande do Sul.

Por volta de 1810, um amplo movimento separatista instalou-se na bacia do Rio da Prata. Montevideú manteve-se atrelada à Espanha, mas não conseguiu impedir que pequenos proprietários orientais e gaúchos articulassem-se pela revolução. Com o isolamento de Montevideú, a Banda Oriental foi invadida a partir do Rio Grande do Sul, mas antes de chegar à cidade, assinou-se um apressado tratado de paz, mediado pela Inglaterra, com a condição de manter a Espanha afastada do território oriental.

Com o sucesso da revolução e da reforma agrária de Artigas, *“comerciantes, especuladores e latifundiários de Montevideú voltaram seus olhares*

³⁶ PEREGALLI (1982), p.25.

para a corte luso-brasileira", para que, com o apoio britânico, houvesse uma intervenção armada na Banda Oriental. D. João convenceu-se das vantagens da intervenção e da anexação, pois poderia

"... deter a expansão da pequena propriedade, um exemplo perigoso para os grandes proprietários escravocratas; e, entregar terras aos fazendeiros rio-grandenses para imunizá-los contra ideias federalistas e antiescravistas".³⁷

Como resultado da ocupação da Banda Oriental, as terras limítrofes foram concedidas aos oficiais, como prêmio por sua participação na conquista, e, aos fazendeiros, como pagamento pelos suprimentos de homens e alimentos aos exércitos. Com a independência brasileira do domínio luso, a Banda Oriental, em 1823, tornou-se Província Cisplatina. Nela implantou-se uma política de sistemática defesa dos latifundiários orientais ou brasileiros, pois

"pequenos proprietários foram proibidos de aprisionar gado selvagem e estavam sujeitos ao despejo das terras ocupadas".³⁸

Ao não respeitar, em terras cisplatinas, a posse de latifundiários argentinos e de companhias inglesas, o Brasil deu motivos para que eles se reunissem com antigas forças artiguistas para uma revolução em 1825, que incorporou a Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. A reação brasileira foi imediata, com o bloqueio do rio da Prata ao

³⁷ PEREGALLI (1982), p.46-49.

³⁸ PEREGALLI (1982), p.50-51.

comércio inglês. Sem o apoio britânico, a revolução não teria curso. Para evitar maiores danos as suas economias, Inglaterra, Brasil e Argentina reconheciam, em 1829, um novo Estado independente – Uruguai.

Os anos seguintes (incluindo-se o período da Revolução Farroupilha) são marcados pela ação dos fazendeiros sul-rio-grandenses interessados no livre trânsito de gado da Banda Oriental, para as charqueadas. Por isto, o Governo Imperial brasileiro não reconhecia ao Estado Oriental, qualquer direito sobre a Lagoa Mirim e as terras adjacentes (algumas delas integrantes dos Campos Neutrais). A sucessão de crises na fronteira brasileiro-uruguaia determinou, em 1851, a elaboração de um Tratado de Limites, bem como de Comércio e Navegação. A demarcação de fronteiras, do arroio Chuí à barra do rio Quaraí, se fez com base nos interesses dos grandes proprietários, pois o Governo imperial não desejava que aderissem às idéias subversivas de república e de antiescravismo.

A evolução dos fatos determinou que, em 1861, o Brasil suspendesse o acesso do Uruguai às águas da Lagoa Mirim, com a alegação de que não haviam sido entregues as terras no entorno de Santana do Livramento, usadas por grandes proprietários rurais brasileiros. Em 1867, concluiu-se uma Convenção sobre Navegação na Lagoa Mirim, com a cessão, pelo Uruguai, das terras em disputa.

A institucionalização da República no Brasil marcou uma nova fase nas relações entre os dois Estados Nacionais do Cone Sul da América do Sul. Foram, finalmente, estabelecidos, em 1909, os limites definitivos entre as Repúblicas, com a Lagoa Mirim caracterizada como área de condomínio internacional.

A partir do Tratado de Limites, a área de fronteira entre Brasil e Uruguai vai experimentar um longo período sem sobressaltos de monta. Desde o último quarto do século XIX e até a metade do século XX, os países adotaram posições isoladas no tratamento da área da Bacia da Lagoa Mirim, mas **sempre no sentido de favorecer as grandes propriedades rurais e o modelo pecuário de produção**, pois gado e lã representavam os principais produtos de exportação.

O final dos anos de 1920 e os primórdios dos anos de 1930 foram marcados por transformações econômicas significativas, sendo a quebra da bolsa em Nova York a representação do fim de uma época. No Uruguai, tal época assim como fora de abertura ampla ao comércio com os EUA, também implicou que

“no se atacó el mal social del interior del país (la despoblación); no se tocaron los intereses de los terratenientes y, finalmente, se miró constantemente hacia el exterior, desconociendo

obstinadamente nuestras ricas tradiciones artiguistas".³⁹

No Brasil, a Revolução liderada por Vargas também sinalizava transformações,

"porque, pela primeira vez, um governo adotou uma posição favorável à industrialização, criando mecanismos de apoio, inclusive com proteção à indústria nacional frente aos produtos importados".⁴⁰

Os dois países firmaram, então, uma **nova fase de orientação econômica**, que visava à redução da dependência externa, melhor aproveitamento dos recursos naturais, estímulos à indústria, e, atenção ao precário sistema de transportes,

"além de acentuado apelo ao civismo e patriotismo – numa nítida linha nacionalista".⁴¹

À medida que intentavam consolidar políticas de industrialização, os limitados recursos financeiros internos impediam explorar os potenciais recursos de suas várias regiões, com isto **começavam a se definir pólos centralizadores de investimentos e aumentavam as diferenças regionais**. Esta opção coincidiu com o processo de consolidação, nos países desenvolvidos, de novos paradigmas de planejamento de espaços econômicos.

A eclosão da II Guerra Mundial modificou o panorama mundial. Se, por um lado, com o re-

³⁹ IMAZ *et al* (1986), p. 45.

⁴⁰ BRUM (1997), p.210.

⁴¹ BRUM (1997), p.209.

direcionamento dos esforços dos países centrais do capitalismo para fins bélicos, houve favorecimento às ações dos países periféricos, capazes de produzir bens necessários ao esforço de guerra; por outro lado, o retardo diplomático brasileiro e uruguaio em assumir uma postura objetiva em prol dos países ocidentais, não os favoreceu como fornecedores de recursos de guerra, exceto pelo eventual excedente do setor agropecuário, que teve alguma valorização, mas não a suficiente para equilibrar o fluxo de pagamentos dos bens de capital importados.

Com o término do conflito mundial e a instituição da bipolaridade política-econômica-ideológica, Brasil e Uruguai buscaram beneficiar-se de sua posição na guerra, porém o contexto econômico latino-americano, já estava atrelado aos agentes internacionais, instrumentalizados e dirigidos pelos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos (EUA) que passaram a definir, principalmente, ajudas militares. Se nos países industrializados, estimulados pela nova estrutura mundial de poder, o processo de produção foi favorecido pelos excedentes ociosos de mão-de-obra e pela necessidade de reconstrução programada da Europa que demandou investimentos volumosos; nos países latino-americanos a situação agravou-se. O Plano Marshall que propiciou a recuperação dos países europeus,

“provocó el estancamiento y luego la recesión del proceso de crecimiento económico latinoamericano y el deterioro de los objetivos del

*intercambio. El precio de los bienes exportados aumentó menos que el de los productos industriales importados, y el saldo de las balanzas comerciales se volvió muy negativo".*⁴²

A crise vivida pelo continente europeu interrompeu, para os países industrializados, um ciclo contínuo de crescimento econômico; enquanto que, para os países periféricos, manteve o *continuum* da produção primária, sujeita às variações climáticas, à instabilidade de preços e às flutuações da demanda no mercado internacional. As diferenças entre os países hegemônicos e os periféricos tornaram-se agudas quando da constatação de que as alianças foram realizadas apenas com o objetivo de manter o estado de guerra pela garantia de provisões primárias e, eventualmente, pela inclusão de tropas.

Dentro do ideário cepalino de aprofundar a política de substituição de importações pela via da industrialização, a teoria da indústria nascente era insuficiente para aplicar ao caso latino-americano,

*"... porque haveria de manter as disposições protecionistas de forma permanente, pela escassa dimensão do mercado, os limites tecnológicos e a insuficiência de investimento".*⁴³

A persistência de protecionismo não poderia perdurar, pois os preços dos produtos não enfrentariam a concorrência externa, apesar

⁴² COVO (1995), p.40.

⁴³ SCHAPOSNIK (1997), p.39-44.

de poder ter vantagens comparativas no mercado internacional. Em oposição, outros economistas (favoráveis à especialização agro-exportadora) defendiam uma abertura irrestrita dos mercados e a livre produção das indústrias que estivessem em condições de impor suas vantagens comparativas. Com esta posição sustentavam, que a substituição de importações era contrária à eficiência e que a indústria carente de competitividade deveria desaparecer se existissem fornecedores externos mais habilitados.

A decisão de iniciar um processo de industrialização, adotada pelo governo brasileiro na década de 1930 e que, de alguma forma, fora acompanhado pelo Uruguai, estava novamente em cheque. As pressões por melhores condições de vida dos povos latino-americanos contrastavam com os critérios de crescimento econômico definidos pelos países capitalistas dominantes do modelo bipolar, pois necessitavam dos subdesenvolvidos, como sociedades consumidoras de sua produção industrial e que não representassem obstáculos ao objetivo de retornos crescentes aos investimentos realizados.

A revolução socialista em Cuba, em 1958, serviu de alerta aos EUA quanto às demandas de seus aliados latino-americanos. Com a constatação da existência dicotômica de dois modelos político-econômico-ideológicos, com a criação dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, BID) e com o surgimento da

opinião pública humanitária nos países desenvolvidos, intensificaram-se as ações de auxílio técnico e financeiro às nações subdesenvolvidas da América Latina.

Entre 1958-1959, o Brasil (no governo Juscelino Kubistchek) lançou a Operação Pan-Americana (OPA),

*“... com forte conteúdo econômico, propondo que os EUA destinassem ajuda econômica para o desenvolvimento dos países da América Latina (superando a fase das ajudas militares), a exemplo do que haviam feito na Europa, através do Plano Marshall. Como o governo norte-americano recusou a proposta, a OPA não frutificou”.*⁴⁴

Na mesma época, no Uruguai, um colegiado do Partido Blanco assumiu o poder (1959-1963), adotou uma Reforma Cambial e Monetária, implantou o Banco Central e o Orçamento-Programa, e, criou a *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE). Todas as ações uruguaias foram no sentido de atender as condições das agências internacionais para modernização de sua estrutura política-econômica-administrativa.

O final dos anos de 1950 foi representativo da transição experimentada pelos latino-americanos, pois **a manutenção da hegemonia norte-americana requeria uma mudança nos governos democráticos**, propiciada por programas de ajuda de ordem militar, que exigiam o alinhamento incondicional às políticas de isolamento dos modelos socialistas. Com a consolidação de novos parâmetros nas relações internacionais, o Brasil e o Uruguai tentavam conformar-se a estas exigências para fazer jus aos programas de ajuda externa. A definição, pela ONU, da década de 1960, como década do

⁴⁴ BRUM (1995), p.19-20.

desenvolvimento, estimulou as tentativas, dos países alinhados à política externa norte-americana, de busca por programas de ajuda técnica e financeira.

Foi neste contexto que nasceram as iniciativas brasileira e uruguaia, primeiro por projetos isolados, e, depois, pela configuração de um projeto de integração e de desenvolvimento na Bacia da Lagoa Mirim.

4. Contexto dos anos de 1960 e de 1970

No início de 1960, no governo John Kennedy, os EUA implementaram a Aliança para o Progresso, baseada na premissa de que as injustiças econômicas e políticas eram condições favoráveis para revoluções socialistas. As bases teóricas da proposta haviam sido esboçadas pelo assessor especial de Kennedy, W. W. Rostow⁴⁵, que preconizava que as economias, em seu processo de desenvolvimento, deveriam passar por cinco estágios ao longo do crescimento econômico: (a) sociedade tradicional; (b) pré-condições para o arranco ou decolagem; (c) arranco ou decolagem (*take-off*); (d) marcha para a maturidade; e, (e) era do consumo em massa.

A Aliança para o Progresso traduzia duas estratégias⁴⁶ que previam: (1) planos de

⁴⁵ ROSTOW (1978), p.16-24.

⁴⁶ DONGHI (2000), p.523. “Su ‘manifiesto no comunista’ titulado *Las Etapas del Desarrollo Económico hacía del desarrollo auto sostenido alcanzado por las sociedades industriales maduras algo más que la meta a la cual se encaminaban todas las restantes: él era en verdad el punto de*

desenvolvimento para abalar as bases das guerrilhas que se multiplicavam no continente americano (orientada por Rostow), e, (2) políticas anti-subversivas com instalação de ditaduras que garantissem a ordem e a estabilidade (a Doutrina de Segurança Nacional, tendo como expoente Robert Mc Namara, Secretário de Estado do governo Kennedy).

*“Ninguém se preocupou com o fato de a Doutrina da Segurança Nacional vir dos Estados Unidos: ela foi nacionalizada e tornou-se propriedade da ‘linha-dura’ do exército”.*⁴⁷

Ambas as estratégias, consideradas insuficientes pelos governos latino-americanos, fracassaram. No Brasil, a proposta teve efeito mínimo do ponto de vista dos interesses dos EUA, pois durante a presidência de João Goulart, as políticas econômicas se tornaram progressivamente socializantes e ameaçavam os investimentos norte-americanos no país.

Com o assassinato de Kennedy, fracassou a alternativa da Aliança para o Progresso, mas não as estratégias que ela continha. Com a posse do Lyndon Johnson, instituiu-se a USAID (*United States Agency for International Development*), organismo encarregado de aplicar projetos de ajuda, a partir do interesse norte-

llegada de todo el proceso histórico, y de superación de las contradicciones que habían tornado a veces tan tormentoso el avance hacia esa cima final. La moraleja latinoamericana de esa visión de la historia universal era del riesgo de revolución cesaría cuando el subcontinente alcanzara por fin ese desarrollo auto sostenido, y que era por lo tanto urgente impulsarlo en ese sentido, pero también que durante la acelerada transición que ello imponía el peligro revolucionario sería más agudo que nunca”.

⁴⁷ COMBLIN (1978), p.164.,

americano, e, com isto os EUA abandonaram a política de cooperação

*“para asegurar el control de las materias primas y para la garantía de sus intereses, promoviendo gobiernos dictatoriales, capaces de mantener el orden y la estabilidad necesarios”.*⁴⁸

A ação da USAID era direcionada a países subdesenvolvidos e alinhados com a política externa dos EUA,

*“... era uma extensão do Governo, com propósitos estratégicos (dentro do contexto de bipolaridade): desenvolvimento das riquezas naturais, para que as matérias-primas dos países subdesenvolvidos estivessem mais acessíveis aos países industrializados”.*⁴⁹

Com o desempenho medíocre ou fracasso das duas iniciativas, devido: (a) ao desconhecimento das realidades dos países latino-americanos; (b) à debilidade de suas economias; (c) à inexistência de consciência integracionista e vontade política; (d) aos acentuados desequilíbrios econômicos e sociais internos; (e) à vulnerabilidade das economias frente a outros parceiros internacionais (sobretudo, os EUA); (f) à instabilidade política; (g) à implantação de regimes autoritários; e, (h) aos interesses hegemônicos dos EUA e URSS, Brasil e Uruguai buscaram respaldo para seus projetos, nas alternativas disponibilizadas por organismos financeiros internacionais.

“Eran necesarias nuevas inversiones y se carecía de capitales nacionales. Se recurrió a empréstitos de los grandes bancos y organismos internacionales. No obstante,

⁴⁸ COVO (1995), p. 40.

⁴⁹ COVO (1995), p. 41.

*estos préstamos oficiales se articulaban a créditos para la adquisición de productos fabricados en los países desarrollados y se destinaban menos a la ayuda de los beneficiarios y más a las economías de los inversores”.*⁵⁰

Se a opção fosse a tomada de empréstimos de regularização, o principal agente era o FMI, que, como **contrapartida exigia severas medidas de ajuste econômico:**

*“congelación de salarios para favorecer las exportaciones, descenso de las importaciones para desprenderse de los excedentes comerciales, recortes en los programas sociales y subvenciones a los productos de primera necesidad (especialmente los alimenticios), y medidas muy duras en el plano social (conocidas como ‘política de austeridad’, que tienen como corolario un fuerte descenso del empleo, un recorte de los gastos sociales y, en consecuencia, el aumento de las desigualdades)”.*⁵¹

Mas, se a opção fosse direcionada a programas de ajuda técnica e financeira, a agência indicada era o Fundo Especial das Nações Unidas (FENU), que, como qualquer outro organismo externo, demandava o cumprimento de determinados requisitos. No caso do FENU, a **exigência indicava a necessidade de dispor de adequadas condições:** (a) de espaço econômico (a fim de localizar pólos difusores de determinado padrão, de ordem, industrial), (b) de vantagens comparativas decorrentes dos produtos primários tradicionais ou decorrentes de alteração da matriz produtiva (a fim de especializar-se e adquirir competitividade), (c) de inserção no comércio internacional (a partir das

⁵⁰ COVO (1995), p. 40.

⁵¹ COVO (1995), p. 42.

vantagens comparativas e da integração econômica, que abolindo impedimentos ao livre trânsito de mercadorias, abriria perspectivas mais amplas de mercados para a produção, principalmente, dos países industrializados).

“O financiamento de projetos pelo Fundo Especial das Nações Unidas requeria condições ótimas de espaço econômico, para localização de pólos de crescimento, mensurável por critérios de países desenvolvidos”.⁵²

Brasil e Uruguai submeteram-se aos dois tipos de empréstimos externos. Particularmente, em relação ao seu projeto conjunto. O conjunto de referenciais econômicos, utilizados pelo FENU, estava amparado em abordagens consolidadas entre 1930 e 1960. Isto incluía:

(1) abordagens sobre localização e espaço econômico⁵³: desde a teoria dos lugares centrais (1930), passando pela teoria clássica da localização (1940-1950) e teoria do espaço econômico (1950-1960): com critérios de localização espacial, de localização industrial e de localização de polos de desenvolvimento a partir de uma indústria motriz e seus efeitos de arrasto, para avaliar áreas quanto ao parâmetro de polo de crescimento;

(2) a teoria de vantagens comparativas⁵⁴, base da teoria clássica de comércio internacional: para avaliar, com base na especialização da produção, as condições que os países, em seus espaços territoriais, deveriam implementar para participar competitivamente do mercado mundial de exportações;

⁵² RODWIN (1964), p. 37-38.

⁵³ FRIEDMANN & ALONSO (1964); PIRES (1998); CLEMENTE & HIGACHI (2000).

⁵⁴ DORNBUSCH & FISCHER (1983); REZENDE Fº (1991); SILBER & SAYAD (1998); CLEMENTE & HIGACHI (2000).

(3) crescimento e desenvolvimento econômico⁵⁵: caracterizados pela busca continuada de aumento global do produto interno e de aumento da renda *per capita* ao longo do tempo; além do estabelecimento de estágios pelos quais, a economia de cada país deveria passar para atingir o consumo em massa;

(4) integração econômica⁵⁶: com uma gama de medidas destinadas à abolição de quaisquer limitações ao livre trânsito de mercadorias entre diferentes unidades nacionais, de forma que a integração resultasse de etapas comerciais sucessivas;

(5) desenvolvimento⁵⁷: condicionado não apenas pelo aumento de produção e de renda, mas acompanhado de mudanças estruturais, como perspectiva geral de melhores condições de vida; e,

(6) desenvolvimento regional⁵⁸: com a aplicação de parâmetros de localização e de crescimento econômico em espaços nacionais limitados, a fim de identificar regiões deprimidas, regiões de fronteira e eixos de desenvolvimento.

Os estudos de polarização e espaço econômico foram, originalmente, destinados ao exame de atividades agrícolas em áreas circunvizinhas aos centros urbanos dos países industrializados; mas, acabaram por fornecer a base para avaliação de polos de crescimento e de

⁵⁵ MYRDAL (1972); ROSTOW (1978); LEITE (1983); MILONE (1998); CLEMENTE & HIGACHI (2000).

⁵⁶ BALASSA (1961); MYRDAL (1978).

⁵⁷ CAIDEN & CARAVANTES (1988); MILONE (1998); CLEMENTE & HIGACHI (2000).

⁵⁸ PERROUX (1964); FRIEDMANN & ALONSO (1964); CLEMENTE & HIGACHI (2000); DALLABRIDA (2000).

localização industrial, uma vez que suas economias já não dependiam do setor primário.

Esta situação não era a mesma do Brasil e do Uruguai, mas que por desconhecimento ou por falta de alternativas solicitaram apoio ao FENU, cujos critérios técnicos não consideravam as peculiaridades de países periféricos. E mais, as áreas da Bacia da Lagoa Mirim, para as quais demandaram recursos era periférica mesmo aos interesses internos de cada país.

*“La región de la Laguna Merín es periférica a toda concepción económico-social y política de los dos países, aquí hace necesario entonces mayor esfuerzo, mayor perseverancia y también mucha paciencia”*⁵⁹

A condição periférica da BLM não era capaz de, nos respectivos conjuntos nacionais, atrair investimentos, face à baixa densidade demográfica, à limitada produção do setor agropecuário e à perda de posição, no mercado, dos produtos regionais. Qualquer tipo de transformação na área da Bacia da Lagoa Mirim dependeria de uma decisão interna e um grande esforço nacional, devido à forte resistência a mudanças; pois para as grandes propriedades (típicas neste espaço geográfico), que herdaram a mentalidade colonial,

“la riqueza y el poder radican en la posee de la tierra. Por esto no están dispuestas a invertir como lo habían hecho las burguesías capitalistas, estimulando así un sector fabril autónomo. Además, el consumo de producto manufacturados se limita a un reducido y afortunado sector de la población, que prefiere los artículos importados; luego, el

⁵⁹ IEPAL (1968), p.120-124.

consumo interior no puede garantizar la rentabilidad de la producción local".⁶⁰

Mesmo com dois pressupostos contrários – não atender aos critérios do FENU e dar atenção às áreas periféricas nas respectivas concepções geoeconômicas –, Brasil e Uruguai encaminharam, separadamente, solicitações às Nações Unidas. O Brasil demandou recursos para a área configurada como Baixada Sul-Riograndense, com correspondência à faixa de terras baixas entre os atuais municípios do Rio Grande e do Chuí (a maior parte destas terras integrava os Campos Neutrais dos acordos da época colonial). O Uruguai, por seu turno, encaminhou seu pedido para as terras altas da chamada Zona del Este ou Bañados de Rocha, com circunscrição principal nos departamentos de Rocha e Treinta y Tres. As solicitações, portanto, foram relacionadas às áreas de entorno da Lagoa Mirim, mas não contíguas. Assim como as demandas ocorreram em períodos distintos, os acordos com o FENU foram assinados em diferentes datas: Brasil em 16/9/1960 e Uruguai em 04/5/1962.

Para sustentar as solicitações junto à ONU, os dois países buscaram justificativas no papel econômico que as grandes propriedades rurais poderiam desempenhar se beneficiárias dos projetos pretendidos. Nas propriedades destacavam-se as produções de gado bovino, secundadas pela pecuária ovina com seu principal produto, a lã. Tardiamente, em fins dos anos de 1950 e no princípio dos anos de 1960, instalou-se a cultura orizícola (mais no Brasil do que no Uruguai).

⁶⁰ COVO (1995), p.37-38.

Como parte das informações ao FENU, incluíram-se tamanho e número de propriedades.

As informações investiram, como referido, na presença e importância das grandes propriedades rurais, dentro da idéia de modelar e alavancar o desenvolvimento com sentido agro-exportador (conforme preferência de alguns economistas; em oposição aos estruturalistas da CEPAL, defensores da industrialização para substituição das importações), a maioria das quais estabelecida desde a época de conformação da fronteira brasileiro-uruguaia no entorno da Lagoa Mirim. A estrutura fundiária vigente na primeira metade da década de 1960 foi apresentada como respaldo, ao FENU, para uma tomada de posição favorável ao acordo de assistência.

As demandas brasileira e uruguaia, para projetos de recuperação de terras no entorno da Bacia da Lagoa Mirim, beneficiariam amplamente as maiores propriedades rurais baseadas na trilogia: carne, lã e arroz; pois

“... a indústria na área brasileira está em fase incipiente e, na área uruguaia, praticamente inexistente”.⁶¹

A preocupação das solicitações era a sustentação do modelo agropecuário de produção. Do lado uruguaio, a recuperação das terras altas, pela construção de canais de deságues para acelerar o escoamento das águas das chuvas (principalmente, inverniais) e pela construção de represas para contenção de águas para o período de verão, manteriam as produções de carne e lã, em condições de abastecer o polo manufatureiro de Montevidéu. Na área brasileira, o gado bovino não

⁶¹ Boletim Informativo CLM-SB (1966), p.14.

precisaria percorrer grandes distâncias, em seu deslocamento para outros campos, quando das enchentes ou das estiagens, tornando-o apto para abastecer os mercados locais e regionais. Por outro lado, a incipiente cultura do arroz poderia ser incrementada, com a garantia de abastecimento de água no verão e com o impedimento de inundações nos períodos de cheias na Lagoa Mirim.

Para corroborar a solicitação de ajuda externa foram apresentados dados relativos ao valor da produção agropecuária na BLM. Como em todos os momentos, a produção agropecuária era o sustentáculo dos pedidos, mesmo que, do ponto de vista do comércio internacional, os principais produtos estivessem em franca desvalorização.

Mesmo perante um quadro concentrador de terras e de renda, Brasil e Uruguai insistiram na manutenção dos **compromissos bilaterais** assumidos, mas a viabilização financeira dos projetos não se concretizava. Enquanto os acordos enfrentavam os trâmites na ONU; no Brasil, com a renúncia de Jânio Quadros, seguiram-se turbulentas negociações para a posse de João Goulart (os setores políticos conservadores não admitiam um governo com tendência socializante); e, no Uruguai, uma ampla reforma administrativa desenvolvia-se, em contraste com a reação dos setores conservadores que se sentiam ameaçados em seu poder político. Isto provocou retardo na análise e na aprovação dos acordos.

Apesar das demonstrações ao FENU, as condições econômicas do Brasil e do Uruguai encontravam-se deterioradas ou em vias de deterioração. No Brasil, Monteiro (1999: f.46) avaliou que a crise

econômica do período 1961-1964, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart,

*“... manifesta-se principalmente sob a forma de redução das taxas de crescimento econômico, aceleração da inflação e grave desequilíbrio do balanço de pagamentos. (...) acompanhadas pela redução no nível de investimentos e pela diminuição da entrada de capital externo, criando uma espécie de círculo vicioso de estagnação”.*⁶²

No Uruguai, para alterar esta realidade de deterioração dos últimos anos, fora proposta uma revisão total:

*“(a) na forma de produção e exploração dos recursos naturais, estabelecendo áreas específicas dentro do país; (b) na capacidade de utilização da mão-de-obra (com as mudanças estruturais da demanda mundial, que desfavorecem os produtos nacionais, será necessário recompor a estrutura de produção); e, (c) no limitado comércio exterior (devido à falta de diversificação da produção, pois a lã perde mercados e desvaloriza-se no mercado internacional, sem que o país disponha de produtos alternativos para competir externamente)”.*⁶³

A deterioração das economias latino-americanas, em paralelo aos interesses das corporações transnacionais e do governo norte-americano, acelerou a militarização e a implantação de regimes ditatoriais.

“As ditaduras militares representaram uma resposta dos setores sociais dominantes, com o aval dos EUA, pois temiam uma explosão revolucionária. Durante vários anos o terror vai rondar as populações latino-americanas, o que permitirá, à aliança dos capitais externos com as classes

⁶² MONTEIRO (1999), f.46.

⁶³ IEPAL (1968), p.114-119.

*nativas hegemônicas, executar as tarefas necessárias para a imposição de um modelo econômico de cunho liberal, destruindo as estruturas que obstaculizavam o capital monopólico”.*⁶⁴

A implantação de regimes ditatoriais levou o embaixador norte-americano no Brasil (Lindon Gordon) a proclamar que era um evento

*“que poderia ser incluído junto com o Plano Marshall, o bloqueio de Berlim, a derrota comunista na Coreia e a resolução dos mísseis em Cuba, como um dos pontos decisivos da história mundial no século XX”.*⁶⁵

O Uruguai entrará no mesmo rol em 1972, pois

*“os militares tomaram, um movimento de guerrilha urbana, como desculpa para os habituais assassinatos e torturas; mas é o surgimento de uma frente popular – Esquerda Ampla, competindo com o tradicional sistema bipartidário, o que provavelmente explica a tomada militar em 1972”.*⁶⁶

embora já estivesse o governo uruguaio usando medidas excepcionais com o apoio dos militares

*“un continuado régimen de Medidas Prontas de Seguridad, de intervencionismo y de oportunas ‘visitas’ a los cuarteles procurando intimidar al parlamento.”*⁶⁷

Portanto, o período, imediatamente anterior à operacionalização do projeto, coincidiu, também, com o início de regimes autoritários no Cone Sul, em rechaço ao risco de propagação de modelos socialistas de governo.

⁶⁴ GUAZZELLI (1993), p.96-99.

⁶⁵ www.geocities.com

⁶⁶ HOBBSAWN (1995), p.430.

⁶⁷ IMAZ *et al* (1986), p.57.

*“De 1964 a 1985, Brasil fue gobernado por una sucesión de regímenes autoritarios, cada uno de ellos con un general de cuatro estrellas a la cabeza. A pesar de las variaciones de estructura y personal, todas fueron coaliciones de mandos militares, tecnócratas y políticas de línea antigua”.*⁶⁸

A mesma assertiva poderia ser aplicada ao Uruguai, embora, formalmente, o regime autoritário só vá transparecer a partir de 1972 e vai até 1985.

Com as crises nas instituições político-governamentais favorecendo a posição e as exigências das agências de financiamento, as solicitações foram aprovadas, mas com a condição de serem reunidas em proposta única, ampliando o espaço geográfico para toda a área de influência da bacia hidrográfica da Lagoa Mirim. Com a ampliação, a área de projeto alcançou 62.250 km², sendo 47% em território brasileiro e 53% em território uruguaio. Estas definições levaram à assinatura do Plano de Operações em dezembro de 1964, a fim de garantir a alternativa de desenvolvimento regional de base agro-exportadora.

Esta conformação, em áreas limítrofes dos dois países, pode ser avaliada com a classificação de áreas de desenvolvimento⁶⁹: (a) regiões metropolitanas ou pólos de crescimento: composto de centros urbanos de indústria, comércio e serviços públicos que, junto com a área de imediata influência, possui amplas possibilidades de expansão econômica; (b) eixos de desenvolvimento: corredores ao longo de

⁶⁸ SKIDMORE & SMITH (1996), p.196-197.

⁶⁹ Proposta por FRIEDMANN & ALONSO (1964), p.3-4).

rodovias, que unem duas ou mais regiões metropolitanas; (c) regiões de fronteira: áreas limítrofes que, pela incorporação de tecnologias, por pressão da população ou por objetivos nacionais, exigem a ocupação de território; e, (d) regiões deprimidas: com a polarização, o restante das regiões da nação tende a declinar ou estagnar economicamente (provêm a maioria dos trabalhadores e boa parte do capital às principais áreas em crescimento).

A área abrangida pelo Projeto poderia ser enquadrada como: região de fronteira, na qual o objetivo predominante de ocupação apoiava-se no ideário da integralidade do território e na ideologia da segurança nacional; e, região deprimida, pois a polarização estava concentrada em Montevideu e no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Guanabara-Mina Gerais. A condição de eixos de desenvolvimento, não podia ser aplicada à época da assinatura do Plano de Operações, pois a precária malha de transportes não ligava diretamente os dois citados pólos (direcionados que estavam à demanda internacional, principalmente, o comércio com os EUA).

Logo, a ONU, ao unificar as solicitações, designar a FAO para coordenar o trabalho e definir recursos através do FENU, não deveria desconhecer que a realidade política e econômica, como em toda a América Latina, era diversa da encontrada nos países industrializados. Com a prevalência dos interesses geopolíticos e econômicos, o projeto é ativado no início de 1965. A previsão contida no Plano de Operações indicava etapas de trabalho para 4 anos (que se transformaram em 5 anos) e

um orçamento inicial de 3,2 milhões de dólares (que, após cinco anos, atingiu 6,0 milhões de dólares).

Todo o processo de negociação com a ONU, até o estágio de atividades de campo, foi realizado pela via técnica e/ou política, sem o envolvimento das representações locais e, muito menos, envolveu a comunidade que seria afetada pelo PR 35. À medida que o tempo passava, mas sem resultados operacionais (basicamente sob a forma de obras para contenção de enchentes e/ou abastecimento de água), a resistência ao projeto aumentava.

A mobilização refletiu-se na reestruturação organizacional, mas também marcou um confronto entre duas linhas teóricas acerca da forma de desenvolvimento para a Bacia da Lagoa Mirim. O Diretor do PR 35 na defesa do **modelo agroexportador e da abertura de mercados** e o Chefe da Divisão Setorial de Socioeconomia na defesa da **posição cepalina**. Para a CEPAL, a única solução viável era o estabelecimento gradual de uma união econômica (para ampliação de mercados em escala internacional), com o objetivo de reverter a tendência declinante da industrialização por falta de demanda interna. A condição de integração implicava na aceitação da tese de que *o desenvolvimento econômico era impossível sem a industrialização*.

Com o antagonismo das posições teóricas no interior da Agência Executiva do PR 35, recuperou-se o interesse pelas discussões teóricas, pois apenas uma das posições estaria

contemplada no relatório final. Em fins de 1968, com o terceiro e último Acordo de Ajuste, a posição industrializadora passou a ter a preferência das delegações brasileira e uruguaia (representantes técnicos, nomeados pelos respectivos governos nacionais, sem vínculos com a posição dos proprietários rurais), provocando a revisão da finalidade do PR 35. Com esta revisão, o Projeto, a partir da base agropecuária, pretendia estabelecer complexos agro-industriais capazes de assegurar, em etapas sucessivas, crescimento e desenvolvimento econômico, inclusos num plano integrado de desenvolvimento regional.

Dado o interesse que o tema - desenvolvimento - provocava, o Instituto de Estudos Políticos para a América Latina (IEPAL) promoveu, com o apoio da FAO/ONU, um seminário, em Montevideu. O pólo brasileiro já se definira em 1964:

“... resolveu-se implantar política desenvolvimentista, representada por investimentos em rodovias e em energia elétrica (em São Paulo - Guanabara - Rio de Janeiro - Minas Gerais), com prejuízos, não só do Rio Grande do Sul, mas de todas as outras unidades da Federação. Os benefícios àquela região foram de tal monta que representam 85% da concentração industrial do país”.⁷⁰

Em relação à polarização no Uruguai, o seminário avaliou o documento da *Oficina de Planeamiento y Presupuesto*, que indicava que o

⁷⁰ IEPAL (1964).

país tem e terá um único pólo (identificado como pólo de crescimento econômico), o pólo de Montevideu.

A acentuação do caráter de polarização brasileiro foi defendida em diversos momentos do seminário do IEPAL. O embaixador do Brasil no Uruguai afirmava que, apesar das falhas de infra-estrutura, de uso inadequado de solo e da política de crédito, mas “*dentro del régimen de libertad que vivimos*”, o governo decidiu dar prioridade ao desenvolvimento de uma política nuclear, junto ao seu eixo industrial.

Este posicionamento coincidiu com uma proposta do Brasil à Organização dos Estados Americanos (OEA), “*de um mecanismo de combate ao terrorismo nas Américas*”. Tal atitude foi vista como possibilidade de intervenção na soberania dos países limítrofes, o que levou apreensão e introdução de mudanças (inclusão de militares, e que iria representar um ingrediente a mais na escalada pró-regime ditatorial de 1972) no Conselho de Governo do Uruguai.

“*A percepção geopolítica e os êxitos do crescimento econômico brasileiro, geraram atitude defensiva por parte dos vizinhos sul-americanos*”.⁷¹

A dicotomia das duas posições (agro-exportadora versus industrializadora) encontra respaldo na crítica produzida por Rodwin, que enfatizava que se

“... examinarmos os tipos de regras ou critérios que estão sendo usados no planejamento nacional para guiar as

⁷¹ Relatório do MRE / Brasil: Diplomacia 1964-1985.

*decisões de investimento, enfrentaremos um sério impasse, pois critérios que, geralmente, são formulados para projetos específicos, posteriormente, são aplicados em condições diferentes daquelas para os quais foram criados”.*⁷²

Com critérios desenvolvidos para o equivalente ao primeiro estágio de Rostow, o PR 35 encontrava-se, frente ao anseio de setores representativos da sociedade, no impasse de mudar a orientação geral do projeto, partindo de uma estrutura direcionada ao padrão agropecuário, para um patamar dirigido à constituição de um polo industrializante, capaz de propiciar a integração econômica das duas subáreas da Bacia da Lagoa Mirim.

A ampliação de perspectivas levou o presidente da Comissão da Lagoa Mirim – Seção Uruguai (CLM-SU) a cogitar da hipótese de que a América Latina atingiria, em 1980, o desenvolvimento sustentado, dependendo

*“... que la integración juegue un papel fundamental, con crecimiento de la demanda interna, aumento de las exportaciones y la disminución de importaciones extrarregionales”.*⁷³

A visão da CLM estava impregnada pela orientação cepalina, mas desconsiderava que os países desenvolvidos tinham interesses⁷⁴ e meios

⁷² RODWIN (1964), p.37-38.

⁷³ IEPAL (1968), p.28-29.

⁷⁴ SKIDMORE & SMITH (1996), p.412. *“Los factores económicos llevaron Washington a abogar por la adopción del ‘libre comercio’ en toda América. El objetivo era desarrollar crecientes mercados para las exportaciones de Estados Unidos, aumentar la eficiencia de sus manufacturas (principalmente mediante el acceso al trabajo de bajo costo), y, en una diversidad de formas, fortalecer su ‘competitividad’ en la economía internacional”.*

para colocar no mercado seus excedentes industriais (resultantes do domínio de novas tecnologias, que não seriam repassadas aos subdesenvolvidos). Tal fato já fora ponderado por Myrdal, ao afirmar que a II Guerra Mundial contribuíra para eliminar muitas estruturas de poder colonial e gerar um novo nacionalismo, no qual os povos “*passaram a reivindicar não só liberdade, mas igualdade de oportunidades*”.⁷⁵ Se os interesses dos dois projetos pudessem ser considerados simultaneamente, menores seriam os riscos de crises econômicas e políticas.

As alternativas, além de acordos bilaterais, apontavam para um engajamento amplo às diretrizes dos países desenvolvidos, detentores de capital e tecnologia, pois os subdesenvolvidos detinham, em abundância, mão-de-obra. Os nacionalismos exacerbados depunham contra os interesses mercantis, logo novas estruturas precisavam ser arquitetadas, entre elas, a integração econômica, que a ser favorável aos desenvolvidos tornava-se expectativa para os subdesenvolvidos.

O fenômeno da integração, pela via econômica e fundada nas condições do comércio internacional, passou a ocupar o centro dos debates. A integração econômica visava aumentar a produção da área integrada pela ampliação do livre comércio e, como consequência, aumentar o mercado consumidor para o qual os produtores passavam a produzir.

⁷⁵ MYRDAL (1978), p.25.

Na realidade, os argumentos econômicos em favor da integração baseavam-se, principalmente, *“... na presunção de que existem economias de escala que não podem ser totalmente exploradas dentro dos limites dos mercados nacionais, mas que poderiam ser capitalizadas dentro dos limites da área integrada”*.⁷⁶

Portanto, se, do ponto de vista técnico, a integração era identificada como possibilidade de desenvolvimento; do ponto de vista do regime autoritário vigente no Brasil, o ideário da integração não despertava qualquer entusiasmo.

“Os militares, com base na sua concepção geopolítica, tratavam de descartar o aprofundamento da integração latino-americana que implicasse em enfraquecimento do ‘poder nacional brasileiro’. Eles suspeitavam que por trás do projeto integracionista se escondia uma jogada das esquerdas do continente”.⁷⁷

Esta atitude prevaleceu até 1985, substituindo programas amplos de integração por acordos bilaterais, instrumentalizados para a resolução de situações pontuais, tanto político-diplomáticas quanto socioeconômicas.

Todas as divergências, entre as posições econômicas e as posições políticas, chegaram até a FAO, o que a levou a substituir a direção da Agência Executiva na fase final do projeto com o favorecimento da posição pró-industrialização. O relatório lastreado por informações oriundas, em

⁷⁶ BNDE (1965), p. 3.

⁷⁷ Relatório Especial MRE/Brasil, n° 068/99.

sua maioria, dos levantamentos hidrológicos, agrônômicos e de engenharia, acabou apontando para alternativas de desenvolvimento baseado na produção primária, embora abrisse perspectivas para a estruturação de complexos agroindustriais, desde que condições de infraestrutura de transportes e comunicações viabilizassem eixos rodoviários (eixos de desenvolvimento) interligando as principais cidades da Bacia da Lagoa Mirim.

5. Considerações finais

O período que se segue à retirada da FAO/ONU da Bacia da Lagoa Mirim marcou, também a desmobilização e/ou o descompromisso dos governos federais com as ações e os recursos investidos ao longo do projeto (num total de 10 anos, se considerarmos o tempo desde as negociações até a entrega do relatório final).

Com o conjunto de obras e de mudanças estruturais indicadas, Brasil e Uruguai voltaram-se às costas. Cada país decidiu adotar medidas internas para alavancagem do desenvolvimento regional, seja buscando financiamento externo para obras, seja contratando consultorias nacionais ou internacionais para reexame de questões específicas; mas sem aprofundar os temas não avaliados (embora sugeridos), como, por exemplo, piscicultura, florestamento (ou reflorestamento), novas culturas agrícolas, águas subterrâneas e imigração.

Frente às alternativas de estimular o desenvolvimento mediante um *big push* (forte

impulso em recursos e ações) ou mediante contínuas ações planejadas, os dois países optaram por nenhuma das duas, mesmo que, atendendo orientação dos organismos internacionais, já estivessem introduzindo planos nacionais de desenvolvimento, com privilegiamento das regiões polarizadas.

Além do desinteresse específico pela BLM; o Brasil, dentro da concepção geopolítica de relações exteriores, buscou consolidar uma posição de liderança no Cone Sul, que já vinha desde 1969, com a assinatura do Tratado da Bacia do Prata (tratado para promover a integração física da região por meio de programas de cooperação). Em 1971, os Chanceleres dos Países, aproveitando o Tratado, aprovaram uma declaração sobre o aproveitamento de rios internacionais limítrofes para fins energéticos (o que, posteriormente, resultaria na construção da usina hidroelétrica de Itaipu, com acréscimo ao fornecimento de energia para o pólo industrial brasileiro).

Em 1972, enquanto o Brasil ainda vivia seu *milagre econômico*, o Uruguai ingressava num período de 16 anos de ditadura militar.

" Ordenemos cronológicamente los hechos más salientes: en junio de 1968 se decretaron Medidas Prontas de Seguridad; en 1970 se envió al Parlamento el Proyecto de Ley sobre Seguridad del Estado; en septiembre de 1971 el ejecutivo le confió al ejército la lucha anti-subversiva; en diciembre se creó la Junta de Comandantes en Jefe. En marzo de 1972

se declaro el 'estado de guerra interno' y en julio se aprobó la 'ley de seguridad del estado'".⁷⁸

Com o avolumado problema político no Uruguai, os projetos ficaram totalmente fora de pauta devido à escassa contribuição ao produto interno e pelas preocupações dirigidas à militarização e controle de fronteiras.

Enquanto isso, o polo industrial de São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais era aquinhado com maior aporte energético: (a) em 1972, o Brasil assinou, com os Estados Unidos, sem transferência de tecnologia, o contrato de construção da usina nuclear de Angra dos Reis (após desfazer o acordo com os EUA, assinou um acordo com a Alemanha, com transferência de tecnologia, em 1975); (b) em 1973, Brasil e Paraguai conveniaram o Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, para a construção de Itaipu (que se tornou operacional em 1982); e, (c) Brasil e Bolívia, em 1973, assinaram acordo para a construção de um gasoduto ligando Santa Cruz de la Sierra à refinaria de Paulínia, em São Paulo.

Toda a estrutura econômica mundial foi posta em cheque com o fim da paridade dólar-ouro e a crise do petróleo (a partir de outubro de 1973). Na primeira situação, Nixon (presidente dos EUA) decretou o fim da paridade do dólar em relação ao ouro e adotou medidas comerciais protecionistas, com o intuito de recuperar a economia americana. Os EUA, apesar de

⁷⁸ IMAZ *et al* (1986), p. 63.

importador, era produtor de petróleo, de matérias-primas e de alimentos. E foram estes produtos que conheceram aumento significativo, afetando a economia internacional. *“Este foi o ponto de partida da crise econômica mundial do capitalismo, e não o que ocorreu após”*.⁷⁹ Na segunda situação, a quadruplicação dos preços do barril do petróleo repercutiu em países como Brasil (80%) e Uruguai (perto de 90%), que importavam volumes consideráveis.

Como consequência, as economias dos principais países centrais entraram em declínio e provocaram um período de recessão entre 1974-1976; mas adotaram rigorosas políticas internas de austeridade e elevaram os preços dos produtos industrializados que exportavam. *“Dessa forma, transferiram para os países subdesenvolvidos parte do ônus do preço do petróleo importado”*.⁸⁰

As economias dos países subdesenvolvidos, tanto pelo aumento do preço do petróleo, quanto pela elevação dos preços de outros produtos (carvão, petroquímicos, fertilizantes, papel) e bens de capital, passaram a ter déficits nas balanças comerciais, ampliaram a necessidade de financiamentos externos, e a inflação retomou impulso, com tendência ascendente. Particularmente para a BLM, a nova conjuntura econômica internacional tornou desfavorável a relação entre o valor dos produtos

⁷⁹ VIZENTINI (2000), p. 145.

⁸⁰ BRUM (1997), p. 357.

primários e a necessidade de recursos financeiros externos para viabilizar projetos.

À crise econômica aliou-se, no Brasil, a uma reforma administrativa, com a desarticulação dos organismos relacionados à Bacia da Lagoa Mirim. A economia uruguaia não experimentara um período de conjuntura econômica favorável como a brasileira, razão porque tentativas de tomar empréstimos financeiros, foram feitas diretamente ao Brasil.

*“A importância geopolítica do Brasil para os EUA, é comprovada pelo fato de que entre 1966 e 1973, os ativos norte-americanos mais que dobraram, de US\$ 846 milhões para US\$ 2,03 bilhões. Os EUA se transformaram numa espécie de FMI unilateral, por vigiar toda a política econômica do Brasil”.*⁸¹

A partir do governo Geisel, o Brasil reorientou sua política externa - *pragmatismo responsável e ecumênico* (que, de alguma maneira, resgatava aspectos da *política externa independente* rompida no primeiro ciclo dos governos militares que haviam optado pelo alinhamento automático aos EUA), no sentido de que *“o Brasil passaria a dar prioridade, no seu relacionamento externo, aos interesses econômicos, passando os interesses político-ideológicos para o segundo plano”*.⁸²

Embora a política externa apontasse para novas perspectivas, econômicas, o Brasil acabou denunciando o acordo militar com os EUA

⁸¹ www.geocities.com

⁸² BRUM (1997), p. 358.

devido “à menção, que o governo Carter fez em documento oficial, relativa à situação dos direitos humanos no Brasil”.⁸³ No mesmo período, no Uruguai, a oposição exilada encontrava apoio no governo Carter, que impôs medidas restritivas (aprovadas pelo Congresso norte-americano) para novos créditos ao governo uruguaio. Face às pressões externas, produziu-se um cisma no interior da ditadura⁸⁴, entre os militares e Bordaberry (presidente de fachada).

*“Este abogaba por la supresión de los partidos y su suplantación por un régimen corporativo de clara orientación fascista; los militares sostuvieron en la emergencia el sistema tradicional de partidos. El desenlace fue la retirada de Bordaberry del cargo de presidente”.*⁸⁵

Em um momento de intensas pressões externas contra os regimes ditatoriais do Brasil e do Uruguai (da Anistia Internacional em defesa dos direitos humanos; dos Governos estrangeiros para liberação da ação sindical e política, contra as destituições arbitrárias na administração pública e contra os privilégios dos governantes; e, do crescente descontentamento popular), os planos de desenvolvimento não produziam resultados para a BLM.

⁸³ CERVO & BUENO (1986), p.83.

⁸⁴ “O Uruguai deu uma interessante contribuição à Doutrina de Segurança Nacional: um memorando de 09/12/1975 propõe um programa político completo e uma nova estrutura do Estado que seja uma expressão não mais provisória, mas permanente, da doutrina e do sistema de segurança nacional” (COMBLIN, 1978: p.199).

⁸⁵ IMAZ et al (1986) p. 69-70.

No Brasil, através do Departamento da Lagoa Mirim (uma vez concluídos os trabalhos contratados à consultora HidroService, que reforçava algumas das conclusões do projeto, mas enfatizava o modelo de produção primário), havia expectativa de implementação e/ou continuidade da barragem do canal São Gonçalo e do projeto de irrigação do Arroio Chasqueiro. No Uruguai, as pressões por mudanças não agregavam nada de concreto, pois o governo apenas *“mostraba la carencia de planes en cuanto a desarrollo nacional y la ineptitud de su elenco gubernamental”*.⁸⁶

Com as dificuldades uruguaiaias em alcançar recursos externos, o regime militar buscou apoio no regime militar brasileiro, quer para financiamentos, quer em tratados para reduzir as pressões internas. A ajuda financeira não era isenta de uma dose de intervencionismo, pois o Brasil exigia acordos em áreas de interesse de sua política de relações exteriores, como ocorreu em 1977 com um tratado para aproveitamento dos recursos naturais e desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

Este tratado atendia amplamente aos interesses do Brasil, pois a conclusão (com o valor, em dólares, três vezes superior ao projetado) da barragem-eclusa do Canal São Gonçalo, em vias de tornar-se operacional, poderia reduzir o escoamento das águas (60% provenientes do lado uruguiaio) da bacia

⁸⁶ IMAZ *et al* (1986) p. 68.

hidrográfica e prejudicar as principais culturas e as grandes propriedades nas terras altas da Zona del Este. Assim, dependendo do apoio político e financeiro do Brasil, o Uruguai submetia-se ao seu principal parceiro econômico na América Latina, bem como apoiava as iniciativas brasileiras em torno da integração da bacia do rio da Prata.

Por fim, ao reunir dados percebe-se que a história regional normalmente é dissociada das influências nacionais e internacionais. Ao produzir-se a correlação entre os dados do Projeto Regional na BLM e os de contexto encontra-se respaldo documental para as razões, que levaram Brasil e Uruguai a firmarem tratados e acordos diplomáticos em relação à fronteira comum. Eles foram determinados pelo interesse expansionista brasileiro (apoiado, em diferentes momentos históricos, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos). Isto implicou em: (a) agregar terras para chegar à bacia do rio da Prata (pólo comercial do século XIX); (b) manter a integridade nacional (pela admissão de que o risco de desintegração provinha de ameaças representadas pelos países fronteiriços); e, no período imperial e republicano, (c) assegurar a posse da terra e a incorporação de novas áreas pelos grandes proprietários rurais.

O modelo de produção e de posse de terra manteve-se em relativa estabilidade enquanto a produção primária se traduziu em retornos crescentes. Com o fim da II Guerra Mundial, a produtividade e o tipo de produção primária da

Bacia da Lagoa Mirim já não correspondiam aos ganhos de outrora. Dada a deterioração das economias latino-americanas e à bipolaridade político-ideológica, Brasil e Uruguai alinharam-se aos EUA. Isto levou a programas de ajuda (Aliança para o Progresso e USAID), que incluíam, no receituário, a aplicação da doutrina de Segurança Nacional e, em seguida, regimes de exceção (ditaduras militares).

A falência dos programas de ajuda levou Brasil e Uruguai a se submeterem a dois tipos de financiamento para seus projetos de desenvolvimento, o do Banco Mundial e o do Fundo Especial das Nações Unidas.

Brasil e Uruguai viveram uma experiência invulgar na América Latina, com um projeto binacional, em área territorial equivalente ao BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), porém claramente deslocado dos interesses geopolíticos e econômicos dos países, que optaram pela polarização de seus espaços econômicos em outras regiões, bem como privilegiaram a política de substituição de importações nestes pólos, enquanto deixaram que a periferia de seus países convivesse com um modelo de produção agropecuário, voltado às exportações, numa conjuntura internacional que o desfavorecia. A presença de um programa do FENU só se justifica pelo interesse na manutenção do alinhamento político-ideológico, do Brasil e do Uruguai, aos Estados Unidos, uma vez que os dois países não atendiam aos critérios técnicos e financeiros exigidos como contrapartida.

Bibliografias

ALVES, Francisco das Neves (2000). Formação territorial e tratados internacionais: uma introdução ao estudo da integração da fronteira extremo-sul brasileira. In: **_. Cinco ensaios de história das relações internacionais do Brasil.** Rio Grande: Editora da FURG.

BALASSA, Bela (1982). **Teoria da integração econômica.** 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

BORBA, J. Vanderlei (2000). Integração regional: das teorias ao Mercosul. In: ALVES, Francisco N. (org.). **Brasil 2000 - quinhentos anos do processo civilizatório:** continuidades e rupturas. Rio Grande: Editora da FUR.

BORBA, J. Vanderlei (2001). A Bacia da Lagoa Mirim e o Programa Regional 35 - FAO/ONU: uma alternativa de integração e de desenvolvimento - 1960-1994. **Tese Doutoral.** PPG em Integração Regional. Pelotas/RS; Universidade Federal de Pelotas.

BRASIL (1986). Ministério das Relações Exteriores. **Diplomacia 1964-1985.** Brasília: Relatório do MRE. Disponível em <https://www.mre.gov>

BRASIL (1966). Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. **Boletim Informativo**. Rio de Janeiro.

BRASIL (1965). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. **Relatório**. Rio de Janeiro: BNDE.

BRUM, Argemiro (1997). **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: Editora da Unijuí.

CAIDEN, G., CARAVANTES, G. (1988). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS.

CARDOSO, Ciro & BRIGNOLI, Héctor (1983). **Os métodos da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo (1986). **A política externa brasileira: 1822-1985**. São Paulo: Editora Ática.

CLEMENTE, A. & HIGACHI, H. (2000). **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas.

COMBLIN, Joseph (1978). **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COVO, Jaqueline (1997). **América latina**. Madrid: Acento Editorial.

DALLABRIDA, Valdir (2000). **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Editora da Unijuí; Santa Cruz: EDUNISC.

DONGHI, Tulio H. (2000). Una encrucijada decisiva y su herencia: Latinoamérica desde 1960. In: **Historia contemporánea de América Latina**. Madrid: Alianza Editorial.

DORNBUSCH, R. & FISCHER, S. (1983). **Economía**. México: McGraw-Hill.

FRIEDMANN, J. & ALONSO, W. (1964). **Regional development and planning**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

FURTADO, Celso (1998). Desenvolvimento. In: CAIDEN, G. & CARAVANTES, G. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS.

GUAZZELLI, César B. (1993). **História Contemporânea da América Latina**: 1960-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Coleção Síntese Universitária.

HOBBSBAWM, Eric (1995). **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

IEPAL (1968). **Cursos y Documentos 12** – Laguna Merín: Desarrollo e Integración. Montevideo: IEPAL.

IMAZ, Ricardo; VARESI, Roberto & LOFIEGO, Dante (1986). **Compendio de historia uruguaya** (1800-1985). 2.ed. Montevideo: Ediciones Blancas.

LEITE, Pedro Sisnando (1983). **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza/Ceará: Imprensa Universitária da UFC.

LOPEZ, Luiz Roberto (1998). **História da América Latina**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.

MEILASSOUX, Claude (1992). O sucesso da política de ajuda ao sobredesenvolvimento dos países ricos. In: ARANTES, Antonio A. *et al* (orgs.). **Desenvolvimento e direitos humanos**. Campinas: Editora da UNICAMP.

MONTEIRO, Sérgio M. M. (1999). Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart. 1999. **Tese Doutoral** PPG Economia. 162 f. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MILONE, Paulo C. (1998). Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências

empíricas. In: MONTORO Fº, André *et al.* **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva.

MYRDAL, Gunnar (1972). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga.

PEREGALLI, Enrique (1982). **Como o Brasil ficou assim?** formação das fronteiras e tratados dos limites. São Paulo: Global Editora.

PERROUX, François (1964). Economic space: theory and applications. In: FRIEDMANN, J. & ALONSO, W. **Regional Development and Planning: a reader**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

PIRES, Júlio Manuel (1998). Economia regional e urbana. In: MONTORO Fº, André *et al.* **Manual de economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva.

PREBISCH, Raúl (1964). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo: Fundo de Cultura.

REICHEL, Heloisa & GUTFREIND, Ieda (1996). **As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS.

REZENDE Fº, Cyro (1991). **História econômica geral**. São Paulo: Contexto.

RODWIN, Lloyd (1964). Choosing regions for development. In: FRIEDMANN, J. & ALONSO, W. **Regional Development and Planning: a reader**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

ROSTOW, W. W. (1978). **Etapas do desenvolvimento econômico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

SCHAPOSNIK, Eduardo C. (1997). **As teorias da integração e o MERCOSUL**. Florianópolis: Editora da UFSC.

SILBER, Simão & SAYAD, João (1998). Comércio internacional. In: MONTORO Fº, André *et al.* **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva.

SKIDMORE, Thomas E. & SMITH, Peter H. (1999). **História contemporânea de América Latina**. 2.ed. Barcelona: Crítica.

THOMSON, David (1968). **Historia Mundial de 1914 a 1968**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica.

VIZENTINI, Paulo G. (2000). **História do Século XX**. 2. ed. Porto Alegre: Novo Século.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO)** de Estudos Globais da **Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-141-5